SANTA CASA
MISERICÓRDIA DE SILVA

RELATÓRIO DE CONTAS

2017

"Cinco séculos de existência, a praticar o bem junto de quem precisa, só são possíveis com pessoas dedicadas à causa humana."

Alcides Henriques

Índice

Nota de Abertura 3
Os Números de 2017 6
Tombo dos Irmãos 7
Órgãos Sociais 8
Organograma 9
Missão, Visão e Valores 10
Respostas sociais e áreas de atuação 11
Área da Infância 13
Área de Formação Pessoal e Social 14
Área da Comunicação/Expressão 15
Área do conhecimento do Mundo 15
Área da Terceira Idade 17
Atividades culturais e de Animação 24
Área da Saúde 25
Área da Socio Comunitária 33
Loja Social 33
Cantina Social e POAPMC 34
Área cultural e religiosa 35
Análise Económica/Financeira 41
1.Introdução 41
2.Enquadramento 41
3.Execução Orçamental 42
4.Rendimentos e Gastos 44
5. Ativo, Passivo e Situação Liquida 48
6.Investimento 51
7.Gastos de depreciação e de amortização 51
8.Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) 51
9.Resultados financeiros 51
10. Resultado Líquido do Exercício 52
11. Principais Riscos e Incertezas 52
12. Recursos Humanos 53
13. Situação Perante a Segurança Social e Estado 56
14. Evolução previsível e Perspetivas Futuras 56

15. Gestão de Riscos Financeiros 56
16. Negócios entre a Instituição e os Administradores 56
17. Proposta de Aplicação de Resultados 57
18. Considerações Finais 57

NOTA DE ABERTURA

Caros Irmãos

Na apresentação do Relatório do ano passado, a Mesa Administrativa da Misericórdia de Seia antevia que os resultados que apresentava, quanto ao exercício de 2016, podiam vir a ser superados. O ano de 2016 havia sido um ano particularmente difícil, por variadas razões ali explicadas, e que, uma vez ultrapassadas, trariam à Misericórdia a posição de equilíbrio quanto à sua contabilidade económica e financeira.

Hoje, é possível confirmar que as expectativas de melhorar os resultados, comparativamente ao ano de 2016, se confirmaram. A política de rigor, imposta quanto às despesas, produziu alguns resultados em paralelo com o aumento das receitas, sobretudo as resultantes dos aumentos das comparticipações do Estado em 1,8% do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 0,9% do Ministério da Educação e de 0,6% do Ministério da Saúde. Em 2016 o volume das imparidades foi elevado, o que já se não verifica no ano seguinte.

Há que considerar ainda que:

A manutenção do equipamento, sobretudo elétrico, eletrónico, mecânico e circulante, provocou encargos não previstos, o que aconteceu com a grande reparação do autocarro e a substituição das peças no equipamento de aquecimento na Unidade de Cuidados Continuados e a cozinha na ERPI. A crescente despesa, resultante do desgaste e da idade, com a manutenção das estruturas e do seu equipamento são uma realidade que é, cada vez mais, frequente e onerosa, circunstâncias que têm de passar a preocupar a gestão.

Paralelamente, houve sempre a preocupação de manter a qualidade dos serviços aos nossos utentes, serviços e qualidades estas cuja apreciação foi muitas vezes bastante lisonjeira para a Instituição. A atenção particular às pessoas mais idosas e frágeis foi uma preocupação traduzida na formação dos colaboradores, na disponibilidade de atividades, na aquisição de equipamento de conforto e bem-estar físico e psíquico no rigor da aquisição dos produtos.

A conclusão da ala vocacionada para acolher as pessoas afetadas por demências vai permitir e proporcionar, aos idosos, um serviço mais atento à vida e à saúde, com qualidade, e que constituirá, sem dúvida, uma referência para a Instituição e para a comunidade.

Esta dinâmica de servir e servir o melhor possível as pessoas que se acolhem ou que procuram os serviços da Misericórdia é a grande preocupação dos Órgãos Sociais e dos seus colaboradores que, na sua grande maioria, dão o seu contributo para que a missão atinja, sempre, o objetivo e o êxito que tem conseguido. Recordemos o projeto "SÉNIOR + PERTO" vocacionado para proporcionar serviços diversos aos idosos na sua própria residência, o que se traduz numa inovação e numa resposta às necessidades das pessoas mais carenciadas e dependentes.

Neste ano económico, cujas contas a seguir se desenvolvem em pormenor, houve a preocupação do equilíbrio e da sustentabilidade, mas sem prejuízo da melhoria da prestação de serviços e da oferta de condições de conforto, bem-estar e dignidade a todos os utentes, especialmente idosos, e de atribuir melhores remunerações aos colaboradores, dentro das disponibilidades reais da Instituição.

A maior contribuição para que os resultados atingidos sejam bastante positivos deve-se, em particular, aos colaboradores e colaboradoras e prestadores de serviços, a sua dedicação e esforço de todos eles e à disponibilidade dos Órgãos Sociais, num voluntariado digno de registo.

Mas, para o futuro, a ideia de otimismo enfrenta a realidade económica que se antevê para o ano de 2018 e 2019. A economia portuguesa, embora cresça em 2018, terá um crescimento inferior à grande maioria dos países europeus. A economia Americana, face aos encargos públicos com a despesa, vai obrigar o Tesouro Americano a recorrer a empréstimos para satisfazer os compromissos. As taxas de juro sofrerão, em muitos anos, um aumento crescente. Estas duas circunstâncias são razões de alerta.

Paralelamente, a pressão sobre as reformas laborais poderá, vir a impor alterações cujo alcance se não conhece. Uma ideia segura é a que emana das mudanças laborais, a incerteza sobre o investimento privado que, por sua vez, arrasta consequências sociais. Ora, nem a crise acabou, nem a retoma económica chegou...

As despesas, que embora desconhecendo o alcance dessas reformas ou mesmo sem elas implicam um crescimento dada a forte dependência das contribuições estatais para o equilíbrio, cria uma grande preocupação quanto à estabilidade financeira e económica. Num ano em que inflação rondou os 2%, a atualização das comparticipações sociais ficou aquém daquela percentagem. O que se pode esperar, neste quadro económico e social, não pode ser de elevada euforia. A enorme dependência das instituições das receitas externas constitui, pois, uma incógnita cuja resolução já não depende, apenas, da capacidade gestora das instituições. As famílias e os utentes vão assim ter que perceber que a oferta de serviços de qualidade, o conforto e o bem-estar, como todos pretendem, tem custos que não são satisfeitos apenas pela boa vontade dos responsáveis e dos beneméritos.

A realidade a enfrentar será, certamente, mais complexa, mas não menos aliciante. Os desafios assumem-se com acrescida motivação para os ultrapassar. Os cidadãos e as cidadãs que precisam de atenção social, associada a uma certa cordialidade humana, são a preocupação da Misericórdia. Uma saudação para todos os que com a Instituição colaboram, em especial aos Irmãos, aos colaboradores, aos voluntários e aos demais Órgãos Sociais.

OS NÚMEROS DE 2017

(NÚMEROS MÉDIOS)

INFÂNCIA

94 crianças em Creche

91 Crianças em Pré-Escolar

IDOSOS

65 idosos em Estrutura Residencial

39 utentes em Apoio Domiciliário

SAÚDE

Cuidados continuados integrados

42 camas em Unidade Média Duração e Reabilitação de Cuidados Continuados Integrados

2 camas particulares

Clinica Médica e de Reabilitação

439 Tratamentos mensais de fisioterapia e hidroterapia individual

ÁREA SOCIO COMUNITÁRIA

80 famílias apoiadas em Loja Social

38 refeições diárias em Cantina Social

ÁREA CULTURAL E RELIGIOSA

Espaço Museológico | Igreja da Misericórdia | Capela Mortuária | Capela Sr. do Calvário

127 TRABALHADORES
25 PRESTADORES DE SERVIÇOS
35 VOLUNTÁRIOS

TOMBO DOS IRMÃOS

Irmãos Admitidos

Nº Irmão(a)	Nome
1070	Ana Sofia Matias Garcia Simões
1071	Rui Manuel Gouveia Rebelo
1072	Marta Margarida Cardoso Fonseca
1073	Andreia Filipa Marques Cardoso
1074	Francisco Silva Garcia
1075	Rosa Carvalho Garcia
1076	Maria Filomena Vieira Beirão
1077	Aidina M. Henriques Santos Nunes
1078	Carlos Figueiredo Lopes
1079	Maria Odete dos Anjos Neto G. Carvalho
1080	Eugénia Maria Rainha Pereira
1081	Andreia Amaral Matos
1082	Ana Dulce Saraiva Lagos
1083	Afonso João Pires da Silva Martins Leitão
1084	Rui Alberto Martins da Silva
1085	Maria Aurora Tavares Martins
1086	Palmira Almeida Silva
1087	António Neves da Silva
1088	Maria José Paula Pereira Borges
1089	Olga Maria Cruz Oliveira
1090	Anabela Pereira dos Santos Jorge
1091	Joana Cabral Gouveia
1092	Vânea Alexandra Rodrigues Garcia
1093	Maria Graciete da Silva Rente Marques
1094	Idalina Cabecinha Gomes
1095	Maria Fernanda Lopes Cruz Borges
1096	António Fonseca Gouveia
1097	Maria Conceição Rodrigues Almeida Gouveia
1098	Maria José Mendes Talefe Louro

Irmãos Falecidos

638	José Manuel Mendes Hortênsio
664	Maria Libânia Garrido Silva Vicente
224	António Anacleto Rodrigues Lopes
101	Álvaro Santos Martins
1050	Maria de Fátima Cardoso Silva Fonseca
303	Victor Manuel Dias Garcia
1052	Conceição Rosa Saraiva Martins

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Fernando Béco
Secretário	José Manuel Mendes Marques
Secretário	Ana Rita Amaral Soares Henriques

Mesa Administrativa

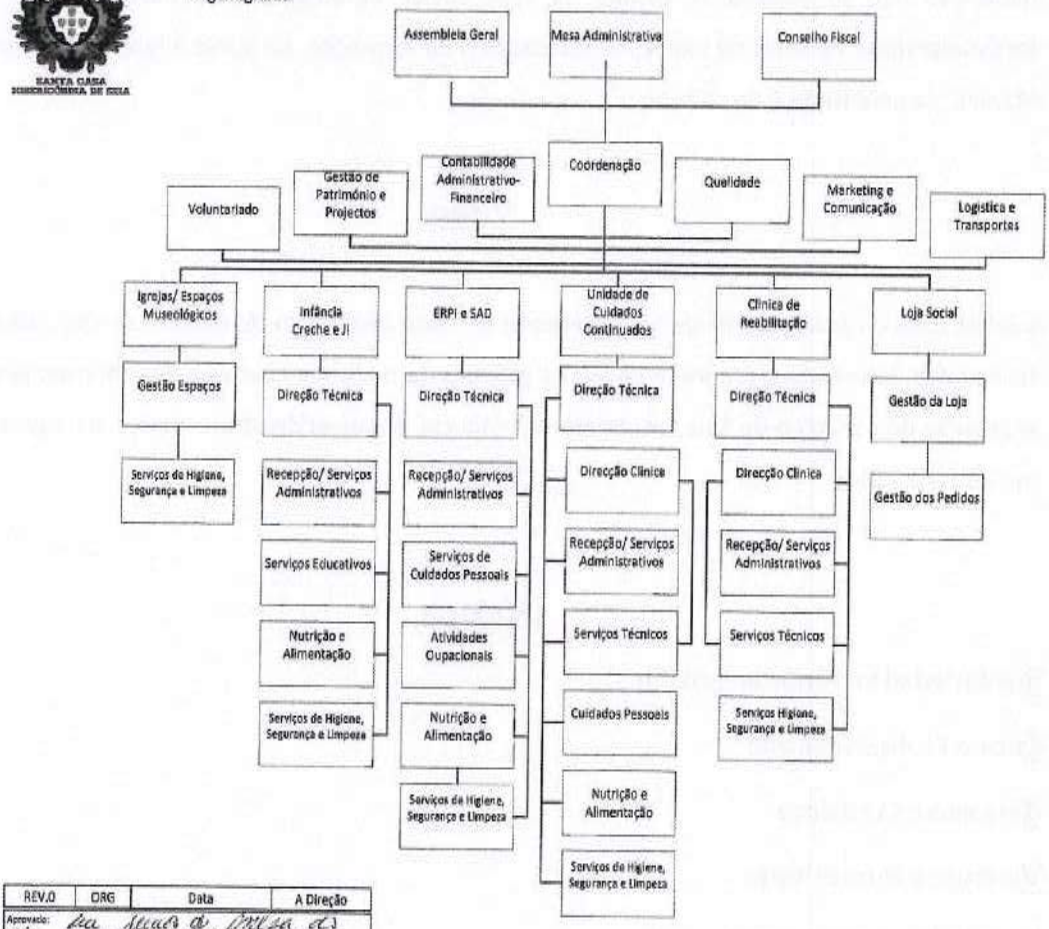
Presidente	Alcides Soares Henriques
Vice Provedor	Virgílio Ribeiro Borges
Secretária	Maria Lúcia Pires da Silva Leitão
Tesoureiro	Paulo Caetano Abrantes Jorge
Vogal	Ricardo Nuno Dias Mendes Lopes Alves
Suplentes	Maria Isabel dos Santos Miranda Mota
	Maria de Fátima Pinto da Silva
	Maria do Rosário Coutinho Dias

Definitório ou Conselho Fiscal

Presidente	Miguel Cecílio Pereira Bessa
Vice-Presidente	Patrícia Garcia Amaral
Secretária	Maria Eulália Anacleto Silva Clara
Suplentes	Vera Lúcia Rodrigues Mota
	Elisabete Maria Oliveira Cunha
	Mariana da Luz Figueiredo Aires

ORGANOGRAMA

Organograma



REV.0	ORG	Data	A Direção
Aprovação:			

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

A Santa Casa da Misericórdia de Seia é uma Instituição Misericórdia, com intervenção direta na área social. De acordo com o artigo 4.º do Compromisso da SCM de Seia, o âmbito da atividade da Instituição não se confina ao campo da ação social, abrange outros meios de fazer o bem, designadamente no setor da saúde, da educação e da formação, no apoio à família, na proteção da infância, da juventude e da velhice.

Visão

A Santa Casa da Misericórdia de Seia pretende ser uma instituição de referência nas Valências que desenvolve, baseando a sua intervenção na procura da melhoria contínua dos serviços prestados à população do concelho de Seia, em primeira instância, e a nível distrital e nacional na prestação de cuidados de saúde.

Valores

Solidariedade e Amor ao próximo

Ética e Profissionalismo

Respeito e Confiança

Verdade e Humanismo

Igualdade e Justiça social

Responsabilidade e Dignidade

Benevolência e Humanização de cuidados

Envolvimento e Transparência

Multidisciplinariedade e Interdisciplinaridade

RESPOSTAS SOCIAIS E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Enquadramento

Ao longo das últimas décadas tem-se verificado um aumento significativo da rede de equipamentos sociais, assumindo o terceiro setor um papel fundamental na prossecução das respostas sociais e também com uma importância económica de elevado relevo junto das comunidades em que estas instituições estão inseridas.

A Misericórdia de Seia não é exceção. É no território em que se insere, um pilar fundamental na resposta aos cidadãos, em particular aos mais vulneráveis, pela sua proximidade e pela capacidade de resposta às necessidades e situações de carência. E neste campo, 2017 foi um ano de particular exigência, com os acontecimentos dos trágicos incêndios de Outubro, que assolaram o concelho de Seia e os concelhos vizinhos. A Misericórdia de Seia soube estar presente respondendo prontamente aos pedidos que foram chegando.

Mas, a ação de solidariedade social exercida pelas Misericórdias não se encerra no setor da segurança social, abrange outros domínios, designadamente o da saúde e o da educação. Reconhecendo a importância e a qualidade que as Misericórdias e IPSS's têm nestas áreas, foi celebrado entre os Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde e a UMP, a CNIS e a União das Mutualidades Portuguesas o **Compromisso de Cooperação para o biénio 2017-2018.**

Deste Compromisso resultou um aumento da comparticipação financeira da Segurança Social para os equipamentos com acordo de cooperação, para o ano de 2017, de **2,1%**, sendo 1,8% para atualização dos acordos de cooperação relativos às respostas sociais e 0,3% para a compensação dos encargos decorrentes com o aumento gradual da taxa social única. Na educação pré-escolar foi acordada a atualização do apoio financeiro baseado no coeficiente resultante da variação média do índice de preço no consumidor de 2016, correspondente a **0,9%.** Na saúde, o compromisso por parte do governo foi para a atualização dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social em **0,6%,** o que só veio a ocorrer em Dezembro.

Nas Cantinas Sociais entrou-se numa nova fase de execução desta medida, com a redução gradual do número de refeições contratualizadas, para numa ótica de complementaridade com o POAPMC, se

promover a cobertura das necessidades alimentares pelas medidas mais adequadas às características dos públicos necessitados.

Foi com estas atualizações que a atividade da Misericórdia desenvolveu a sua atividade que apesar de histórica tem vindo a ser renovada para uma reposta adequada às necessidades atuais da comunidade onde está inserida.

ÁREA DA INFÂNCIA

Nesta área a Misericórdia de Seia pretende responder às necessidades das famílias ativas no mercado de trabalho e com crianças em idade de creche e pré-escolar, numa prestação de cuidados educativos e humanizados. As duas valências funcionam acopladas num mesmo edifício facilitando assim a repartição de recursos técnicos e humanos.

Analisar um ano comum nestas valências é analisar dois períodos educativos diferentes, dado que o ano letivo inicia em setembro e decorre até junho, sendo o mês de julho e agosto mais dedicado às atividades sociais e culturais.

Assim, para se perceber a evolução da atividade destas valências nos últimos anos, teve-se em conta o número médio de crianças que frequentaram a instituição.

N.º médio de crianças	2014	2015	2016	2017
Creche	96	96	96	94
Jardim de Infância	101	90	80	91
	197	186	176	185

Analisando os últimos quatro anos, percebemos que em 2017 se inverteu a tendência que se vinha verificando de decréscimo, aumentando 5% em relação ao ano anterior.

Este acréscimo verifica-se no pré-escolar a partir de setembro com a entrada do novo ano letivo, que se prolonga pelo menos a junho de 2018. Assim, a 31 de Dezembro de 2017, os números efetivos eram de 87 em creche e 108 em jardim-de-infância.

A perspetiva de aumentar ainda a frequência de crianças em creche no decorrer do ano letivo é significativa, dado que em março já se encontram 95 crianças admitidas e mais 11 com pré-inscrição efetuada.

Perante estes números, houve necessidade de reorganização das salas de atividades, criando-se mais uma sala de jardim- de- infância, quando comparado com o ano letivo anterior.

Quanto ao **custo médio mensal** destes utentes, cifrou-se em 332,90€ em creche e 247,06€ em pré-escolar.

Os valores médios das comparticipações familiares e os valores comparticipados pela segurança social, para 75 crianças de creche e 92 de Jardim foram os seguintes:

Receita por utente (mês)	Creche	Jardim
Comparticipação da S Social por utente	258,91 €	175,23 €
Valor médio da comparticipação familiar (mensalidades)	71,17 €	75,42 €
	330,08 €	**250, 65 €**

Duas crianças de famílias mais necessitadas frequentaram a valência de creche de forma gratuita.

Projeto Educativo

O Projeto Educativo do ano letivo que terminou em junho de 2017 "**A Brincar também se Aprende**" teve como objetivo proporcionar aprendizagens através da brincadeira, reconhecendo o papel do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento e na construção do conhecimento infantil de si mesmo e do mundo que o rodeia.

Atualmente, é essencial e de suma importância o contato com a terra, a água, a lama e todos os seres vivos próprios da natureza nas experiências e vivências das crianças. **"Vamos Explorar a Natureza"** é por isso o tema do Projeto Educativo do ano letivo que iniciou em Setembro.

Para incutir nas crianças o amor pela natureza, o melhor caminho é enriquecer as suas vivências, planear atividades com o objetivo de ensiná-las a amar o meio ambiente, facilitar-lhes o contacto com o campo, as montanhas, os rios e com tudo o que da natureza faz parte, dando-lhes a possibilidade de observar, perguntar e expressar as suas ideias.

Assim, repartidos em três grandes áreas de conteúdo pretendem-se alcançar os seguintes objetivos:

<u>Área de Formação Pessoal e Social</u>

- Educar cidadãos responsáveis com hábitos de preservação e conservação do meio ambiente
- Valorizar a transmissão cultural, promovendo o contacto das crianças com a comunidade

Área da Comunicação/Expressão

- Promover o interesse e despertar a curiosidade pelo mundo social e natural formulando perguntas e imaginando soluções para compreendê-las
- Participar em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito à natureza

Área do conhecimento do Mundo

- Proporcionar a descoberta e exploração dos elementos físicos da cidade e do campo
- Valorizar, reforçar e ampliar experiências e saberes.

Durante todo o ano tentou criar-se um clima relacional em que cuidar e educar estivessem intimamente interligados, em que o desenvolvimento motor, social, emocional, cognitivo e linguístico influenciasse aprendizagens e desenvolvesse relações afetivas.

Em complemento das atividades educativas diárias, todas as crianças, desde o berçário beneficiam da **expressão musical**. Para um harmonioso desenvolvimento físico e integral, todas as crianças a partir dos dois anos tem **educação motora** e a partir dos quatro anos praticam **natação**.

Também são facultadas extra mensalidade aulas de **Inglês** e **Karaté** e é prestado apoio de **Terapia da Fala, Musicoterapia e Terapia Ocupacional**.

Enquadradas nos projetos pedagógicos, para além das atividades educativas diárias realizaram-se **outras atividades**, das quais se destaca a comemoração do Dia do Pai e do Dia Mãe, onde se proporcionaram momentos que envolveram grande parte dos pais das crianças da nossa instituição.

Fizemos como é hábito, as duas grandes festas das crianças, a festa de natal e a festa de final de ano letivo e participámos também, como já vem sendo hábito nos últimos anos, nas marchas populares da cidade. Estes três eventos são sempre momentos importantes na nossa atividade educativa, pois são momentos onde apresentamos um pouco mais do nosso trabalho aos pais das crianças mas também a toda a comunidade envolvente.

No final do mês maio, na habitual viagem de final de ano letivo, as nossas crianças de jardim-de-infância puderam conhecer e aproximar-se de animais marinhos, como tubarões majestosos, peixes palhaço coloridos e tartarugas marinhas, na visita que fizeram ao *Sealife* Porto.

O início do atual ano letivo também teve direito a viagem. A Quinta Pedagógica do Chão D'Agra, em Aveiro, foi a escolhida e aí as nossas crianças deliciaram-se no convívio com os vários animais da quinta. Este tipo de experiências possibilitou o contacto das crianças com novas realidades e ambientes diferentes, assim como proporcionou a sua autonomia em meios que não lhe são tão familiares, preenchendo-lhes uma bagagem de recordações que ficam para a vida inteira.

O convívio entre famílias realizado à beira rio, em Vila Cova à Coelheira, com os pais e crianças e com atividades em conjunto, foi um autêntico sucesso pela grande adesão das famílias e pelos feedbacks recebidos. Este tipo de atividades permite uma grande aproximação entre pais e comunidade educativa, contribuindo assim para o bem-estar e à vontade das nossas crianças com ambos os intervenientes do processo educativo.

ÁREA DA TERCEIRA IDADE

A intervenção nesta área é feita em duas vertentes: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário, sendo este efetuado a partir das estruturas e equipamentos existentes na Estrutura Residencial.

A Estrutura Residencial tem vindo a sofrer consecutivamente melhorias físicas para aumentar o conforto dos utentes e bem-estar dos colaboradores. A partir de agora, conta com uma nova Ala, especialmente equipada para pessoas com demência, construção iniciada ainda em 2016 e que se prolongou ao longo do ano de 2017. Esta Ala, além dos 12 quartos, da sala de enfermagem, sala de estar, sala de jantar e sala de atividades, integra também uma sala de *Snoezelen,* que será especialmente adaptada e equipada para as terapias das pessoas com demência. Durante o ano de 2017 fez-se uma escolha criteriosa de mobiliário de quarto e salas para toda a estrutura e procedeu-se à abertura do procedimento de concurso público por ajuste direto para os equipamentos de quartos e salas de estar e refeitórios.

A obra de construção deste novo espaço, permitiu também a readaptação e melhoramento dos espaços já existentes como por exemplo a colocação de novas portas e janelas com vidro duplo e portas corta-fogo, criação de claraboias para mais luz natural, arranjo dos espaços exteriores, e outros melhoramentos para um maior conforto dos utentes.

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)

Com uma capacidade para 65 residentes, pode-se considerar que a taxa de ocupação foi de 100% uma vez que existe uma lista de espera para novas entradas na ERPI de cerca de 9 candidatos o que possibilitou a ocupação quase imediata à medida que iam surgindo vagas por falecimento de utentes.

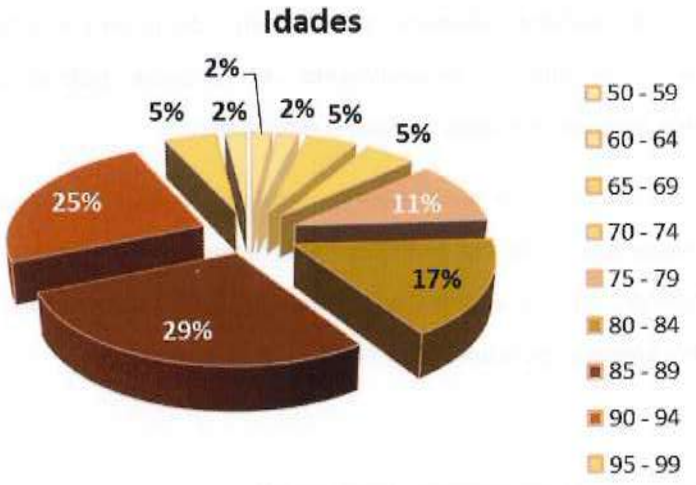
Nesta valência o **custo médio do utente** foi em 2017 de 825,50€/mês.

A comparticipação da Segurança Social para os 50 acordos existentes para esta resposta foi de 374,91€. A mensalidade média dos utentes, calculada com base nos seus rendimentos e do seu nível de dependência foi de 490,82€, adicionada de uma comparticipação familiar média de 181,09€ para cerca de 23 utentes.

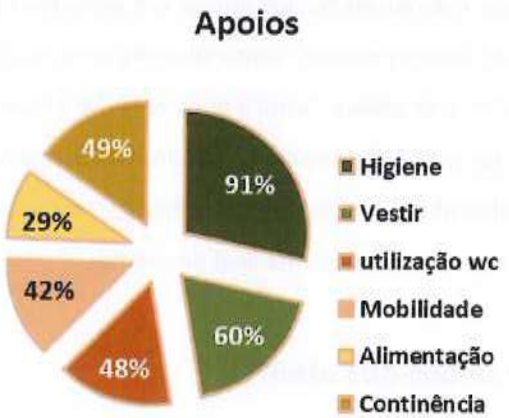
Caracterização do Utente residente

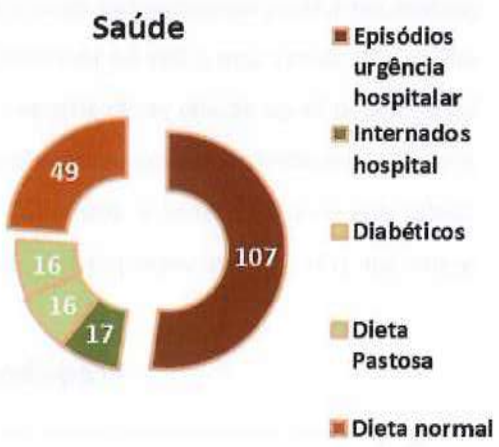
Durante o ano de 2017 foram realizadas 13 admissões à medida que foram abrindo vagas por óbito de utentes. Quanto ao tempo de permanência, 8% destes utentes encontra-se institucionalizado nesta estrutura residencial há mais de 15 anos, 6% residem na instituição há mais de 10 e menos de 15 anos e 18% há mais de 5 anos e menos de 10 anos. Os restantes 68% estão há menos de 5 anos nesta valência.

A população residente a 31 de dezembro de 2017 era maioritariamente do género feminino, com cerca de 75%. Quanto à sua idade, predominava o grupo dos 85 a 89 anos, mas eram também significativos os grupos dos 80 a 84 e sobretudo dos 90 a 94 anos, podendo-se concluir que esta residência tem uma população muito idosa, circunstância que se agravou em relação ao ano anterior, como se vê no gráfico (idades).



Entendendo por pessoa dependente aquela que apresenta uma perda mais ou menos importante da sua autonomia funcional e da sua capacidade para realizar de forma independente as atividades da vida diária, necessitando de ajuda de terceira pessoa para as desenvolver, verificamos pela análise do gráfico (apoios) que a maior dependência se verifica na realização das "atividades de higiene" (91%), mas também no vestir (60%), na incontinência (49%), na utilização da casa de banho (48%), na deslocação (42%) e até na sua "alimentação" (29%). Apenas 5 utentes são perfeitamente autónomos.

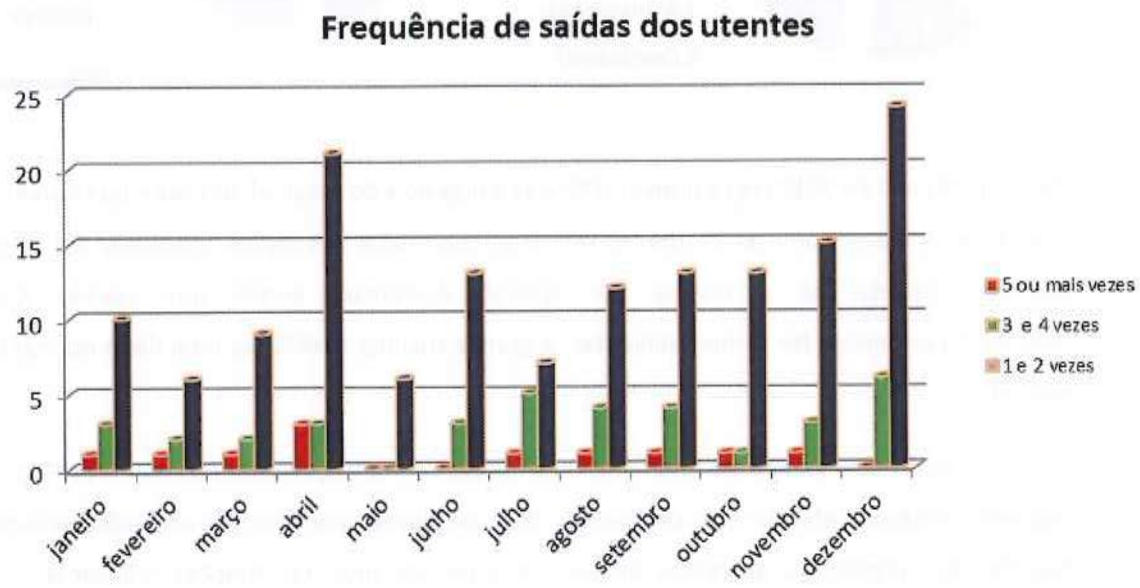




Ao longo do ano de 2017 registaram-se 107 idas à urgência do hospital, um valor que aumentou em relação ao ano anterior, mas 17 utentes estiveram internados em regime hospitalar. No âmbito das doenças crónicas há a registar 16 utentes diabéticos, sendo que apenas dois são insulinodependentes. No campo alimentar, a grande maioria (n=49) faz uma dieta normal (gráfico saúde).

Quanto à existência ou não de problemas nas funções do corpo, de acordo com os gráficos que se seguem, podemos afirmar que os utentes têm problemas nas funções da visão, audição, nas funções dos órgãos ou aparelhos internos e especialmente nas funções relacionadas com o movimento. É nas funções mentais e de movimento que se encontra a maior incidência de situações de problema grave e completo, com 43% e 37% de utentes respetivamente. A maior percentagem da situação de "problema moderado" acontece nas funções mentais e da visão. É na função dos órgãos internos onde as percentagens são menores, o que significa que a situação de saúde dos utentes é melhor.

Em relação à vida social, o convívio, a interação com os colaboradores e a família acredita-se que podem ser pilares fundamentais para o bem-estar e a felicidade dos idosos e é percetível que as visitas e as saídas com a família têm sobre eles um efeito positivo. Como se verifica no gráfico que se segue, ao longo do ano verifica-se que a frequência de saídas, "uma e duas vezes" é a que ocorre maioritariamente nos utentes em qualquer mês do ano. Um maior número de idosos regista mais saídas nos meses de abril e dezembro provavelmente por coincidir com épocas festivas. Ainda assim, sair três e quatro vezes por mês acontece com um número razoável de utentes.



Projeto Vidas

Na sequência do projeto VIDAS – Valorização e Inovação em Demências iniciado no ano de 2015 e depois de divulgados os resultados do projeto pela UMP, tornou-se pertinente para a instituição avaliar as pessoas institucionalizadas com declínio cognitivo a fim de futuramente se implementar um programa de reabilitação e de prevenção de declínio cognitivo dirigido a esta população. No ano de 2017, mantêm-se aproximadamente os mesmos dados em que dos 65 utentes residentes, 17 têm demência diagnosticada e 11 demência previsível. Neste ano de 2017 foram sendo criadas as condições para implementar uma abordagem e tratamento ainda mais diferenciado a estes utentes com demência. Criou-se uma Ala própria em que as condições físicas do espaço, bem como o equipamento, incluindo uma sala de *Snoezelen,* e uma equipa multidisciplinar se adequam a estes utentes com demência. Este serviço especializado entrará em funcionamento no decorrer de 2018.

Atividades de Animação

É neste contexto que a nossa equipa técnica e multidisciplinar atua, procurando resgatar o valor da pessoa idosa, com a integração das vertentes biológicas, psíquicas e sociais para garantir uma melhor qualidade de vida.

Nos programas que são feitos para as atividades diárias, semanais e anuais tem-se em conta todas estas limitações e procura-se adaptar a atividade às necessidades específicas de cada utente. Durante o ano de 2017 foram realizadas várias atividades nas diferentes áreas de intervenção mais precisamente nas áreas lúdico-recreativas, culturais, sociais, intelectuais/formativas, espirituais e/ou religiosas, quotidianas e desportivas, seguindo o plano de atividades previamente aprovado.

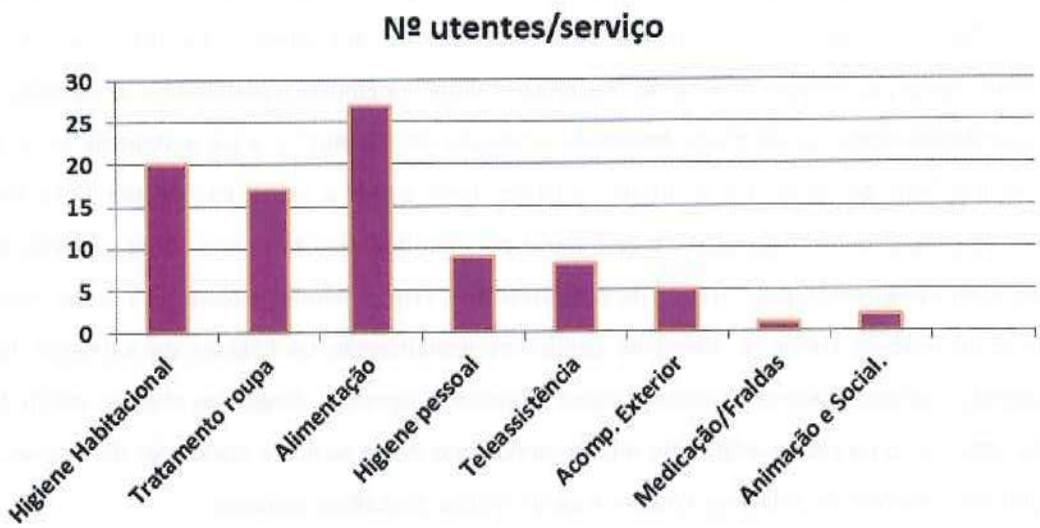
De todas as atividades realizadas durante o ano destacamos as que maior interesse despertou nos nossos Idosos, sendo elas, a participação na decoração das freguesias e da ERPI para receberem a Imagem Peregrina da Nossa Senhora de Fátima inserida na temática "Retorno à Vida Ativa", a elaboração dos espantalhos para o "Concurso de Espantalhos" que decorreu no mesmo dia da Caminhada da Misericórdia no mês de Maio; realização da "Marcha da ERPI" onde vários idosos e familiares tiveram a possibilidade de se vestirem a rigor bem como o ensaiar de uma coreografia que foi apresentada aos restantes idosos da ERPI e aos utentes da Unidade dos Cuidados Continuados; as sessões de cinema "Recordar é Viver"; a ginástica geriátrica e os passeios culturais, salientando como os de maior interesse, o Museu da "Comur" e a ida a Vouzela onde tiveram a possibilidade de andar no comboio turístico, bem como a visita ao Santuário de Fátima. Foi introduzida uma nova atividade, tendo como principal objetivo estimular corpo e mente ao ar livre, ao qual designamos por "Treino de Manutenção Corpo e Mente", onde os nossos idosos têm a possibilidade de treinar o corpo no campo de manutenção da Folgosa do Salvador. No âmbito cognitivo propuseram-se diferentes jogos: alfabeto, bingo/loto, bingo dos cheiros, bingo da música, às cegas, jogo da glória sénior, dominó de provérbios entre outros e atividades de destreza manual: pintura, "*atelier*" de culinária, costura e vários outros trabalhos manuais.

Muito entusiasmo foi demonstrado na preparação da decoração para a época Natalícia, que contou com a participação de todos os Idosos. Verifica-se uma participação cada vez maior nas diversas atividades que se oferecem, uma vez que a equipa técnica tem a preocupação de adequar as atividades às capacidades e limitações de cada utente.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

É um serviço prestado através da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, e que tem como objetivos principais: a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias, retardar a institucionalização, assegurar a satisfação de necessidades básicas, prestar cuidados de saúde de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar. Neste sentido durante o ano de 2017 pensou-se e desenvolveu-se um projeto novo denominado ***SÉNIOR + PERTO,*** que se candidatou ao Prémio BPI Seniores, tendo sido contemplado com um prémio de 30.435,00€. Com este projeto pretende-se vir a oferecer maior diversidade de serviços e assegurar os cuidados em tempo mais prolongado.

Em 31 de dezembro de 2017, era prestado apoio domiciliário a 28 utentes comparticipados pela segurança social e mais 8 utentes particulares. Este serviço é prestado todos os dias da semana, assegurado por 4 ajudantes familiares e duas viaturas, para além dos recursos repartidos pela estrutura residencial. O número de utentes apoiados em função dos serviços contratualizados distribuiu-se da seguinte forma (gráfico seguinte):

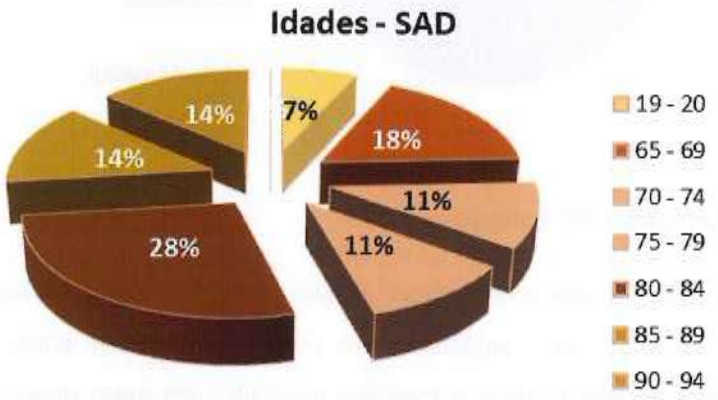


O serviço mais procurado foi sem dúvida a alimentação, que é servida diariamente e é composta por pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar, mas também é significativo o número de utentes que utilizaram os serviços de higiene habitacional e tratamento de roupa. A maioria dos utentes está a beneficiar dos serviços há mais de 5 anos, 5 já beneficiam há mais de 10 anos e 4 há mais de 15 anos.

O **custo médio mensal** destes utentes foi em 2017 de 310,02€, com uma comparticipação da segurança social de 191,18€ e as mensalidades médias para pagamento destes serviços foram em 2017 as seguintes:

Alimentação (27 + 8 utentes)	Restantes serviços (28 utentes)
109€	44€

Quanto à idade, esta população encontrava-se distribuída da seguinte forma (gráfico seguinte):

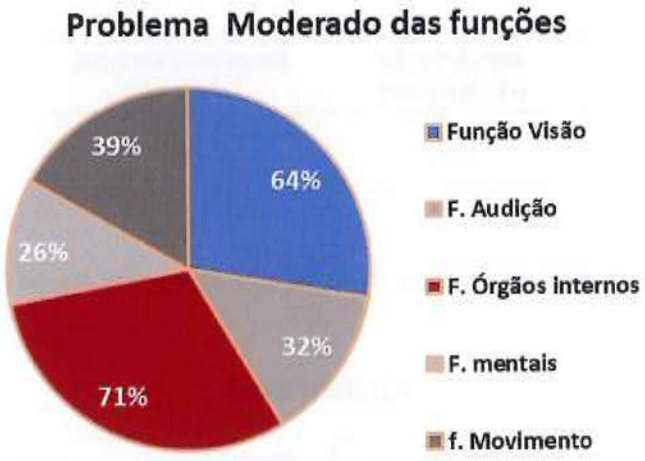


É no grupo etário dos 80 aos 84 anos que se situa a maior percentagem de utentes, com uma distribuição mais regular pelos outros grupos etários, e ainda o grupo dos 19 a 20 anos com uma menor representação.

No que se refere ao nível de autonomia, **19** utentes são independentes no banho (**10** mulheres e **9** homens) e **9** (**8** mulheres e **1** homem) são dependentes. No vestir **19** utentes são independentes (**10** mulheres e **9** homens) e **9** (**8** mulheres e **1** homem) são dependentes. Ao nível da utilização do WC **27** utentes são independentes (**17** mulheres e **10** homens) e **1** mulher é dependente. Ao nível da mobilidade **15** utentes são independentes (**6** mulheres e **9** homens) e 3 (2 mulheres e 1 homem) são dependentes. Relativamente à alimentações os **28** utentes (**18** mulheres e **10** homens) são independentes. Ao nível da continência verifica-se que **27** utentes (**17** mulheres e **10** homens) são independentes e **1** mulher é dependente.

Quanto à existência de problemas nas funções do corpo, a maior parte dos utentes não apresenta situação de "problema grave e completo" ao nível das funções consideradas. A grande maioria apresenta-se "sem problemas", nomeadamente nas funções mentais (82%) e na audição (61%).

Contudo, uma percentagem significativa dos utentes do SAD apresenta "problema moderado", nas funções, conforme figura seguinte.



Atividades culturais e de Animação

Estes utentes apoiados têm ao seu dispor através do serviço de animação/socialização, um plano de atividades elaborado em conjunto com o plano da ERPI onde podem usufruir dos passeios culturais e participar nos festejos e convívios realizados em datas especiais, como é o caso dos santos populares, do São Martinho e da festa de Natal.

Assim, no decorrer do ano, estes utentes puderam participar na elaboração de um espantalho que esteve a concurso na Semana da Padroeira, participaram na marcha de São João e nos passeios culturais que se realizaram no mês de agosto. Festejaram o São Martinho no magusto realizado na ERPI e puderam elaborar algumas decorações de Natal que levaram para as suas casas.

ÁREA DA SAÚDE

Na área da Saúde a Misericórdia de Seia dispõe de uma Unidade onde funcionam acopladas no mesmo edifício os Cuidados Continuados em regime de internamento e uma Clínica Médica. Os Cuidados Continuados são desde outubro de 2016, apenas de Média Duração e Reabilitação com 42 camas mais duas em regime particular.

As duas unidades funcionam em alas completamente distintas, no entanto o espaço de hidroterapia existente na ala da clínica pode também servir os utentes em internamento.

Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)

Esta Unidade que visa a prestação de cuidados clínicos, de reabilitação e de apoio psicossocial por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou descompensação de processo patológico crónico a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável, assegura diversos serviços, designadamente: cuidados médicos diários, cuidados de enfermagem permanentes, prescrição e administração de fármacos, cuidados de fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, apoio psicossocial, higiene e conforto, alimentação, convívio e lazer.

No âmbito das suas necessidades de reabilitação funcional, o doente tem a possibilidade de usufruir de hidroterapia, numa piscina coberta e equipada com sistema de hidromassagem.

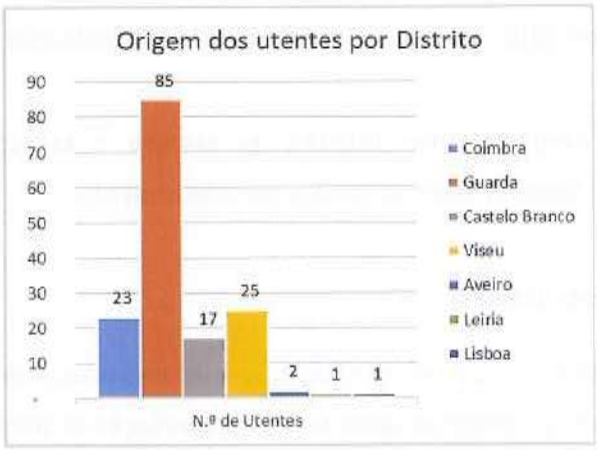
Nesta Unidade os utentes têm uma previsibilidade de internamento superior a 30 dias e inferior a 90 dias, havendo a possibilidade de prorrogação deste prazo quando seja benéfico para o seu estado clínico. Em 2017 a taxa de ocupação desta Unidade rondou os 94%, conforme se verifica no quadro seguinte.

Tx. de ocupação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	96,1	96,9	96,9	94,9	97	95,8	93,5	91,6	86,2	90,2	94,9	97,2

Ocorreram 157 internamentos, sendo que 113 deram entrada e obtiveram a sua alta no decorrer do ano.

A média de dias de internamento foi de 72 dias e 58 dos utentes beneficiaram de prorrogação do prazo de internamento.

Quanto à origem dos utentes 55% (85 utentes) eram do distrito da Guarda, tendo sido a maioria referenciados pela ECL Guarda Oeste (79%) e os restantes pela ECL Guarda Este e ECL Guarda Norte.



Dos utentes do distrito da Guarda, 57 eram de Seia, 10 de Gouveia e os restantes dos concelhos assinalados no gráfico acima.

A seguir ao distrito da Guarda estão os distritos vizinhos; Viseu, com 25 utentes e Coimbra com 23 utentes. De Castelo Branco estiveram internados 17 utentes, 2 de Aveiro, 1 de Leiria e 1 de Lisboa.

Quanto ao motivo do internamento, 82% dos utentes (126) entraram para reabilitação, 6% (10) para tratamento de feridas ou úlceras de pressão, 5% para manutenção de dispositivo, 4% para gestão de regime terapêutico e 3% por outro motivo.

Quanto à origem da referenciação, 76% dos utentes (117) foram referenciados através de um hospital de agudos, 17% (26) vieram do domicílio e 1 utente veio do Centro de Reabilitação da Tocha.

Quanto às altas que em 2017 totalizaram 114, o primeiro motivo foi por obtenção dos objetivos (48%). 14% dos utentes tiveram alta por agudização, 10% foram transferidos para outras unidades, 8% pediram alta voluntária e 5% por óbito.

Quanto ao destino das altas grande parte dos utentes regressou ao domicílio. Assim, 34% foram para o seu domicílio com indicação de alguns cuidados e um com indicação para unidade de dia da RNCCI; 4% foi sem indicação de cuidados continuados e 5% foram referenciados para as ECCI (Equipas de cuidados continuados Integrados).

Quanto aos restantes, 19% foram para uma Estrutura Residencial, 16% para um hospital de agudos, 11% para uma unidade de Longa Duração e 10% para outra Unidade de Média Duração.

Atividades de animação sociocultural

"Se o tempo envelhecer o seu corpo, mas não envelhecer a sua emoção, você será sempre feliz" – Augusto Cury.

Partindo desta citação e, tendo em consideração as causas que levaram ao internamento dos nossos utentes, as atividades de animação sociocultural na Unidade de Cuidados Continuados, pretendem trazer-lhes alegria e, "não envelhecer as suas emoções", independentemente da sua situação clínica. Visto que o bem-estar dos nossos utentes é relevante, estas tarefas têm como objetivos específicos: estimular, manter ou prevenir o retrocesso de capacidades cognitivas; comunicativas e/ou linguísticas; físicas; aumentar a auto estima e auto confiança e promover a socialização. Estas tarefas são realizadas e adaptadas a cada utente, tendo em consideração as capacidades afetadas.

Para além das diversas tarefas planeadas e realizadas com objetivos específicos, também são relembradas e comemoradas datas importantes como os aniversários dos nossos utentes e épocas festivas.

No ano 2017 realizaram-se duas atividades que não constavam no plano anual: O "Concurso de espantalhos" e a passagem da "Imagem Peregrina da Nossa Senhora de Fátima" na UCCI. Relativamente à 1ª atividade, os utentes construíram um espantalho chamado "Ti Zé Campos e Ti Maria Horta" que nos garantiu o 3º lugar. No que diz respeito à vinda da Nossa Senhora, os utentes construíram um terço com flores de papel e decoraram a entrada da instituição com balões que acabaram por ser lançados na hora da despedida. Foi um momento único e muito emocionante para todos.

Tendo em vista a partilha de conhecimentos clínicos e terapêuticos e ensinamentos práticos que se revelem úteis para o bem-estar e a qualidade de vida, quer durante o internamento, quer na sua reintegração familiar, social e profissional, promoveram-se iniciativas como a *Classe de Movimento* e *Prevenção de Quedas.*

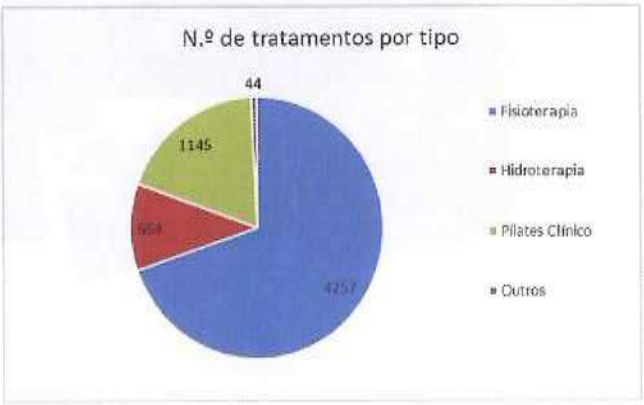
MUNDIAL DA AMIZADE
SETEMBRO

Clínica Médica e de Reabilitação

Tendo como objetivo principal a atividade clínica, tem-se procurado através da oferta deste serviço responder a necessidades diferenciadas de medicina física e de reabilitação (como tratamentos de fisioterapia, hidroterapia e pílates clínico), bem como no âmbito de outras especialidades médicas e outros serviços clínicos/terapêuticos.

Especializada em fisioterapia e reabilitação, grande parte da atividade da clínica centra-se nestes tratamentos que resultam na sua maioria das consultas de fisiatria, mas também de ortopedia, de medicina geral ou de medicina desportiva.

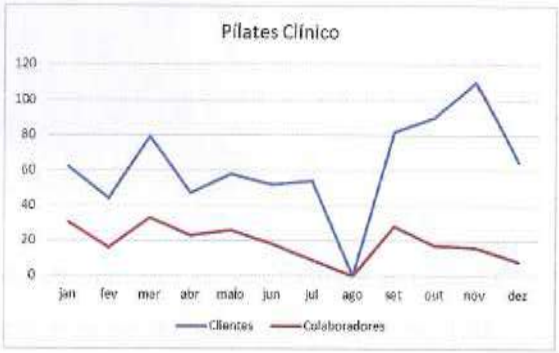
Assim, em 2017 quase 70% (4257) dos tratamentos realizados foram tratamentos de fisioterapia, cerca de 19% (1145) foram sessões de pílates clínico e cerca de 11% (654) foram tratamentos de hidroterapia individual ou em grupo. Realizaram-se ainda 44 outros tipos de tratamentos, entre massagens de relaxamento e fisioterapia ou enfermagem no domicílio.



O serviço de fisioterapia é realizado por dois fisioterapeutas em dois ginásios distintos que realizaram uma média de 355 tratamentos mensais, mas com alguma oscilação durante o ano, como se pode verificar no gráfico seguinte.

No que se refere à hidroterapia, depois de um período de encerramento que iniciou ainda no final de 2016, este serviço foi retomado durante o mês de Maio e desenvolveu-se entre tratamentos em classe e em tratamentos individuais.

Assim, num total de 654 tratamentos realizados, 57% foram em classe, com duas classes em funcionamento durante três vezes por semana e os outros 43% foram tratamentos individuais, com a frequência mensal que se poder ver no gráfico seguinte.



Quanto ao pilates clínico que funcionou com duas turmas, duas vezes por semana, também se encontra disponível aos colaboradores que pretendam beneficiar desses tratamentos de forma gratuita. Esta medida, implementada já em 2016 visa a redução das lesões e acidentes de trabalho decorrentes da atividade laboral. Assim, 23% dos utilizadores deste serviço foram colaboradores da instituição e 77% dos clientes, particulares. Durante o mês de Agosto este serviço encerrou para gozo de férias.

No que diz respeito às especialidades médicas, estas totalizaram 929 consultas. As consultas de Fisiatria ou Medicina Desportiva representaram 78% da totalidade das consultas, 11% foram consultas de Medicina Geral e Familiar, 6% foram consultas de Ortopedia e as restantes foram consultas de Cardiologia, Neurologia e Psiquiatria.

Dessas consultas 62% foram consultas particulares, 37% foram consultas realizadas ao abrigo dos acordos existentes com as várias seguradoras e 1% (14 consultas) foram consultas de medicina

desportiva, efetuadas através da parceria existente com o Senaclube e com a ACR da Senhora do Desterro.

Quanto ás Seguradoras, as consultas da Liberty foram as que ocuparam maior peso (9%), depois as da Trust Saúde (8%), seguindo-se as da Caravela (6%), depois representando 4% cada estão as da Médis, Trueclinic e Outras Seguradoras (AdvanceCare, Serviços Sociais da CGD, Medicare, Wells, Lusitânia e Multicare). As consultas do SAMS Centro representaram cerca de 2%.

Ao nível de outras especialidades (Acupuntura, Podologia, Psicopedagogia e Testes Psicotécnicos) foram realizadas 167 consultas ou tratamentos, sendo na sua maioria (71%) de Acupuntura. Estas consultas ou tratamentos foram todos realizados em regime particular.

As camas particulares de internamento que estão afetas a esta valência tiveram uma ocupação de 100%.

ÁREA DA SOCIO COMUNITÁRIA

Loja Social

A Loja Social é uma valência da Misericórdia de Seia que desenvolve ações de assistência e benfeitoria, de forma direta com os grupos mais vulneráveis da sociedade, desenvolvendo as Obras de Misericórdia contempladas em toda a ação instituição Misericórdia.

Toda a atividade é concretizada por um grupo de voluntários que humanizam esta causa, que de forma altruísta prestam um apoio social permanente, aos mais desabrigados e desfavorecidos que procuram esta valência. Durante todo o ano de 2017 foram realizadas várias ações, que destacam o importante papel que esta área de atuação, desempenha na sociedade onde se encontra inserida.

A participação na Feira do Queijo e nas Festas de Agosto da cidade são atividades de calendário da Loja Social, em que esta, de forma muito criativa divulga a instituição e ocupa uma banca de rua com diversos elementos que são promovidos pelos voluntários, junto de quem visita estes certames, cujo valor angariado reverte para as ações solidárias que a Loja desenvolve.

A visita à Estrutura Residencial e à Unidade de Cuidados Continuados da Misericórdia marcou a Páscoa de 2017, com a visita dos voluntários aos utentes, e a oferta de uma lembrança a quem reside nesta valência da Misericórdia de Seia, como forma de lembrar período litúrgico do ano da Ressurreição de Jesus.

A Loja Social para além, da sua ação ser desenvolvida por voluntários, esta valência conta ainda com a oferta realizada por várias entidades parceiras e particulares: Ara e Museu do Pão, cujos bens revertem para distribuição junto das famílias e utentes carenciados. A empresa de calçado Ara, instalada em Seia, realizou uma significativa oferta de excedente de uma coleção de inverno, correspondente a 150 pares de sapatos, que foi distribuída por várias famílias e utentes da loja; e através da oferta do Museu do Pão foi possível distribuir cerca de 90 pães por mês às famílias mais carenciadas.

A catástrofe dos incêndios foi sem dúvida um momento trágico, ocorrido em Outubro de 2017. Num momento crucial, de ajuda e apoio às vítimas desta catástrofe, a Loja Social prestou prontamente a sua ajuda com roupa, calçado e têxteis. Perante os pedidos de ajuda a instituições e particulares foram recebidos géneros de várias categorias, distribuídos por casos mais urgentes do concelho de Seia e Oliveira do Hospital.

A Loja social por ocasião dos incêndios de outubro, esteve aberta todos os dias, incluindo Sábados, domingos e feriados das 9h00 às 22h00, para dar resposta a todos os pedidos de ajuda rececionados. Nos dias seguintes foram realizadas várias visitas domiciliárias, designadamente nas áreas de Vide, Loriga, Carragosela, Travancinha, etc.

A ligação com a rede Social do Município de Seia (Rede Entre laços e R.S.I.), é uma parceria importante para a mediação de casos mais graves e de situações extremas de pobreza e exclusão social. Por meio desta rede, são realizadas várias visitas domiciliárias e atendimentos presenciais, onde se avaliam os riscos e necessidades dos indivíduos e suas famílias face à habitação, alimentação e necessidade de integração laboral.

Cantina Social e POAPMC

No âmbito do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), durante o ano de 2017 foram assinadas duas adendas ao protocolo da *Cantina Social*, tendo vindo a reduzir gradualmente o número de refeições protocoladas. Assim, de 43 refeições comparticipadas para o primeiro semestre reduziram-se para 39 nos meses de julho, agosto e setembro, para 32 no mês de outubro, 26 em novembro e 21 em dezembro.

As famílias que deixaram de receber as refeições confecionadas, passaram a receber géneros alimentares através do *POAPMC – Programa Operacional de Ajuda às Pessoas Carenciadas* também no âmbito do FEAC. Neste programa a Santa Casa da Misericórdia de Seia é uma entidade mediadora, parceira de outras sete entidades do concelho de Seia e distrito da Guarda que tem como entidade Coordenadora, o Centro Social da Quinta do Monterroso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Romão. Através deste programa a Instituição irá apoiar cerca de 30 destinatários.

A análise do ano de 2017 com o ano precedente, indica o aumento de visitantes, o que muito se deve às parcerias com grupos hoteleiros, que proporcionaram visitas de grupos compostos, sempre por mais de 50 pessoas.

A sazonalidade do turismo não é um fator de aumento/diminuição de visitantes em épocas específicas do ano. A cidade e a Serra da Estrela é um destino turístico por excelência, durante todo o ano, e nesta área geográfica, são explorados por quem a visita os recursos naturais e culturais disponíveis.

Atividades

Noite no Museu

Sobre o tema: "Dizer o Indizível em Museus", o ICOM propôs para este ano de 2017 uma reflexão sobre como podemos adaptar os discursos, aos públicos-alvo das exposições e atividades desenvolvidas dos museus. O núcleo dinamizou uma visita noturna ao museu com a realização de uma "visita à lanterna" e a dramatização de uma peça de teatro na sala II do núcleo. O serão foi ainda enriquecido com uma sessão de cinema do ator Charlie Chaplin, onde participaram crianças e jovens institucionalizados nos estabelecimentos Solar do Mimo e Casa de Santa Isabel.

As atividades desenvolvidas promoveram uma visita sui generis ao núcleo, acolhendo um público diferente num horário peculiar.

No dia 18 de Maio, fruto da parceria com o grupo INATEL turismo, foi organizado neste dia uma visita diferente ao núcleo, com a dramatização da Lenda da Serra da Estrela na Igreja da Misericórdia, por uma aluna do curso profissional de Animação Sociocultural do Instituto de Gouveia – Escola Profissional.

Jornadas Europeias do Património

No âmbito das Jornadas Europeias do Património foi dinamizado o II Concurso de Fotografia da Misericórdia de Seia designado: Olhares sobre o Património. Com a participação de 5 fotógrafos profissionais e amadores, foram recebidas um total de 14 fotografias que proporcionaram a exposição na Galeria do Espaço Museológico, em dezembro do mesmo ano.

ÁREA CULTURAL E RELIGIOSA

A Instituição Misericórdia de Seia tem assumido um papel predominante na preservação e valorização do património cultural de que é detentora, fruto da secularidade da sua atividade, e da herança cultural da cidade e região, promovendo-a nas várias vertentes de atividade, onde destacamos o património cultural material e imaterial.

Quanto ao património imaterial e aos vários eventos anuais da Instituição não podemos deixar de referir a realização da tradicional procissão do Enterro do Senhor no dia de Sexta feira Santa, a celebração das Vésperas em memória dos Irmãos falecidos em Dezembro, assim como diversas atividades inseridas no âmbito da Semana da Padroeira celebrada na última semana de Maio, onde se realizou mais uma Caminhada da Misericórdia e também a Missa da Padroeira com a participação das crianças finalistas.

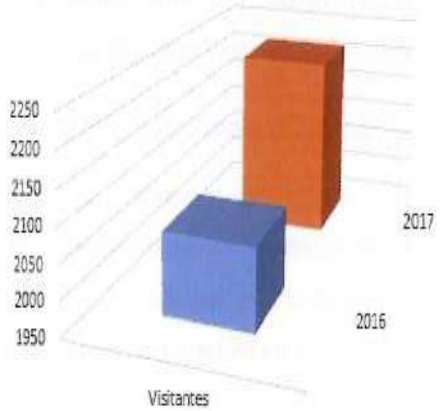
O Espaço Museológico continua a posicionar-se como um espaço de referência, muito procurado por visitantes/turistas, grupos hoteleiros e investigadores académicos, que procuram este núcleo com o objetivo de observar e valorizar o património em exposição, e utilizá-lo como matéria de estudo em investigações e trabalhos académicos.

O conjunto de ações desenvolvidas e a experiência de contacto com diferentes tipos de público, em atividades de divulgação e promoção, solidificam a atividade dinamizada pelo núcleo museológico, incrementando o contacto de todo o legado cultural centenários, com a comunidade local e visitantes, criando e afirmando-se com um fator de diferenciação, no que à valorização e preservação do Património Histórico e Cultural diz respeito.

O ano de 2017 foi, desde a reestruturação de que foi alvo o espaço expositivo, um ano muito próspero em contactos com o exterior e na promoção e divulgação, fruto de parcerias com instituições e particulares.

Públicos e Visitantes

O contacto com o público visitante/turístico e com a comunidade local traduz-se nos números de visitas ao núcleo e suas dependências.



Exposições

A Arte da Devoção – Ex-Votos

O ano de 2017 começou com uma exposição nas Galerias da Casa Municipal da Cultura de Seia, intitulada: A Arte da Devoção – Ex-Votos, inaugurada em Dezembro de 2016 que se prolongou até Fevereiro de 2017. Esta mostra foi particularmente gratificante pela novidade que os ex-votos foram para a comunidade e visitantes em geral. Estes elementos da devoção popular, são particularmente ricos em elementos etnográficos e de uso devocional.

Exposição Mariana – Centenário das Aparições de Fátima

Em colaboração com a Diocese da Guarda, através do Secretariado dos Bens Culturais e de várias Comissões Fabriqueiras de Paroquias locais, foi possível a realização da exposição no Posto de Turismo de Seia, intitulada: Culto Mariano, inserida no Ano do Centenário das Aparições da Virgem de Fátima.

Numa exibição dos vários oráculos de Maria, através da pintura, da escultura e da pintura em azulejo, foi possível mostrar algumas imagens de coleções paroquiais de elevado valor artístico, até então mantidas em acervo.

Nesta ocasião, resultante do convite realizado à Diocese da Guarda, através do Secretariado dos Bens Culturais da Igreja e do Instituto Politécnico da Guarda, foi realizada a apresentação da obra: PAR – Património Azulejar Religioso na Diocese da Guarda de Joana Pereira e Vítor Roque, com a coordenação de Anabela Sardo.

Oficinas Pedagógicas

As visitas ao núcleo são sempre que possível realizadas, com uma adaptação do discurso museográfico, dramatizando este perante os públicos recebidos. Para uma melhor perceção dos temas desenvolvidos, ainda que estes muitas vezes ligados à religião, é necessária a criação de atividades e visitas, munidas de uma comunicação diferenciadora para o entendimento da História, pegando muitas vezes nas curiosidades dos elementos em exibição, ou vestígios do edificado.

A realização de visitas temáticas e oficinas pedagógicas, designadamente nas férias letivas, proporcionadas através da parceria com a Ludoteca Municipal de Seia, são exemplo da criação de atividades, para fazer chegar a linguagem do museu e sua ação, neste caso em específico ao público mais jovem.

A Caça ao Tesouro/Ovos realizada durante o período das férias de Verão e da Páscoa, é sempre uma atividade muito participada por jovens dos 5-6 aos 16 anos, que realizam uma visita ao núcleo orientada por um conjunto de perguntas, sobre os elementos e história da Misericórdia.

Outra oficina muito participada é a reprodução dos azulejos Hispano-árabes, do seculo XVI, do altar da Capela do São Pedro. Os participantes realizam a pintura de uma réplica dos azulejos, reproduzindo os seus painéis de cores e padrões.

Apoio e Orientação Académica

O ano de 2017 foi particularmente importante no contacto com instituições de ensino superior nacionais, que procuraram através dos seus investigadores, temas para a realização de vários trabalhos, dos quais surgiram bons resultados de pesquisa.

No âmbito da Licenciatura com Mestrado Integrado em Arquitetura, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, foi acompanhado um levantamento arquitetónico ao Monumento Nacional - Capela de São Pedro, que embora não seja pertença desta instituição, por falta de feedback da entidade tutelar e da autarquia local, foi dada toda a orientação necessária para a concretização da investigação, da qual surgiram resultados muito favoráveis à criação de conteúdos, para que a atividade de promoção do Centro Histórico de Seia, e os imoveis de caracter histórico que o incorporam, seja mais verdadeira e credível.

O interesse pelo estudo do Arquivo Histórico desta instituição foi manifestado pelo aluno Marco Cosme, do Mestrado em História Moderna da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No âmbito da cadeira de Seminário: Novas Instituições: Inquisição, Misericórdias e Academias, dirigido pela Professora Doutora Maria Antónia Lopes, credível investigadora da História das Misericórdias

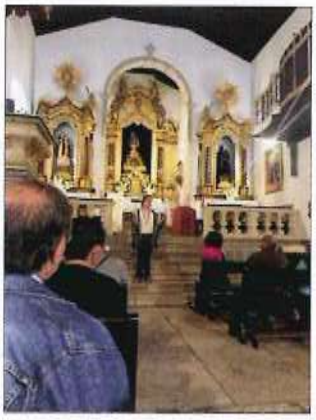
Portuguesas. Desta investigação baseada na digitalização e leitura, dos volumes mais antigos de eleição de irmãos, e atas da Mesa Administrativa desta Misericórdia, surgiram dados muito importantes da ligação dos Membros das Mesas Administrativas com a sociedade nobre da altura, neste caso em particular, a hegemonia de algumas famílias locais, que se demonstrava nos cargos de gestão da Autarquia e da Misericórdia.

Durante o ano de 2017, o responsável pelo núcleo foi convidado a realizar algumas intervenções, onde promoveu o Espaço Museológico e as atividades que este tem desenvolvido, como um modelo de boas práticas na gestão e valorização do património cultural.

Destacamos a apresentação sobre a evolução do Centro Histórico, realizada no âmbito do Passeio Fotográfico do Centro Histórico de Seia, promovido pelo *SENNAfotografia*, no auditório da Casa Municipal da Cultura de Seia.

Em parceria com a Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia, foi realizada uma Mesa Redonda na cadeira de Turismo e Património Cultural lecionada pelo Professor Doutor Manuel Salgado, onde foi debatido o papel da valorização do património cultural para a sua promoção junto dos públicos de índole turístico.

Parcerias



A realização de diversas parcerias, designadamente com unidades hoteleiras e parceiros institucionais, permitem uma maior divulgação da oferta do núcleo, concretizando assim visitas orientadas sob marcação prévia.

Durante o ano de 2017 realizamos um conjunto de atividades do designado Circuito Urbano da Via Sacra, que permite a dinamização das visitas ao Espaço Museológico, onde o visitante tem contato com o núcleo mais antigo da cidade e os imoveis de valor patrimonial pertencentes da à Santa Casa da Misericórdia de Seia.

Este tipo de visitas com marcação prévia, permite um planeamento para um melhor serviço e a divulgação para um número mais alargado de indivíduos as áreas de exposição, quando estes têm um propósito de visita e conhecimento da História e Memória Locais.

O Posto de Turismo organismo tutelado pelo Município de Seia tem assumido um papel importante na divulgação do núcleo junto de visitantes, que num primeiro contacto com a região, é com esta entidade que solicitam os pontos de interesse a explorar. Outros organismos tutelados pela autarquia local dinamizam e aceitam as solicitações de parcerias, e regularmente cedem as suas instalações, para a realização de exposições e eventos pontuais.

As parcerias realizadas com o INATEL – Programa Turismo Sénior e Dias Tranquilos polo de Manteigas, Vila Ruiva e Piódão, assim como a unidade hoteleira do Grande Hotel das Caldas das Felgueiras, potencializam a canalização de grupos de visitantes, em que estes visitam com o intuito de explorar a História Local e desenvolver experiências de descobrir a cidade e lugares de interesse.

O encaminhamento de visitantes no âmbito dos *Encontros de Outono*, promovidos pelo Orfeão de Seia, é mais uma atividade fruto da parceira com o grupo cultural local, que marca agenda do museu, durante o mês de outubro.

Considerações Finais

A ação do Espaço Museológico e toda a atividade cultural e religiosa que este desenvolve, planeada anualmente, contende atividades de calendário de que os públicos e comunidade local esperam.

Ao elencar todas as atividades desenvolvidas, é com ânimo que recordamos os públicos com que partilhámos a História e Missão desenvolvida ao longo dos séculos, cujos vestígios materializam esta ação. O núcleo ainda que pequeno e pouco acessível em área expositiva, consegue cativar atenções de turistas/visitantes e comunidade, que já conhece a sua marca e a sua ação. Continuamos a projetar, junto do poder local e organismos de captação de apoios comunitários, um alargamento para outros polos situados na mesma praça, agindo sempre com a especialização na promoção e divulgação da cidade e seu núcleo mais antigo, tendo como pendão original a História secular da instituição, permanentemente ligada à História e gentes locais.

ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA

1.Introdução

No cumprimento do disposto na lei e nos estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Seia, vem a Mesa Administrativa, submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras relativas ao exercício económico de 2017, bem como os Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita o Plano de Atividades aprovado pela assembleia geral, realizada em 29 de Novembro de 2016.

O conselho fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu os competentes pareceres positivos, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais.

2.Enquadramento

É importante considerar, que mormente a evolução positiva da economia portuguesa, a Santa Casa da Misericórdia de Seia encontra-se localizada numa região do interior, onde os problemas da interioridade acentuam as dificuldades e sacrifícios obrigando a grandes exigências e rigor, para a implementação dos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades.

A contabilidade financeira da entidade é elaborada na própria empresa e segue todos os normativos exigidos. Detém um processo de contabilidade de gestão por valência, de que resulta um maior controlo sobre os resultados das mesmas.

As Demonstrações Financeiras, Balanço e Demonstração de Resultados, referentes ao presente exercício de 2017, são apresentadas e comparáveis com os respetivos documentos do exercício anterior.

A estrutura organizacional manteve-se, assim como o correspondente corpo de pessoal.

O processo orçamental tem o seu início Outubro, com definição, dos parâmetros do orçamento e as atividades propostas pela Mesa Administrativa.

Na elaboração dos orçamentos a Entidade tem em conta diversas variáveis económicas consideradas importantes, tais como a inflação, os preços praticados no setor e a saúde financeira da Santa Casa.

Em matéria de custos operacionais, são efetuadas as previsões para cada classe de custo, calculando o custo dos inventários vendidos e matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal, gastos de depreciações, imparidades de dívidas a receber, outros gastos e perdas e ainda gastos e perdas de financiamento.

3.Execução Orçamental

3.1. Despesa

Apresenta-se de seguida os resultados da execução do orçamento para o exercício económico de 2017.

A execução da despesa total ascendeu aos 3 031 355,74€, representando uma execução orçamental de aproximadamente 98% do total orçamentado para gastos.

Globalmente a despesa ficou 64 178,85€ aquém do orçamentado, representando um desvio favorável de cerca de 2%.

Contribuíram favoravelmente, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, que registou um desvio de cerca de 15%, pela não execução de 131 000,00€, relativos a formação modular certificada, cuja candidatura não foi aprovada.

A nova ala em construção na ERPI, estava prevista ser inaugurada em Setembro de 2017, como não foi possível entrar em funcionamento, não se registaram gastos de depreciação deste edifício e do equipamento, alavancando deste modo o desvio de 5% face ao orçamento.

O princípio da prudência aplicado na elaboração do orçamento, resultou num desvio de cerca de 72% na execução dos Gastos e Perdas de Financiamento, visto que as taxas se mantiveram estáveis neste exercício.

Em sentido contrário, com desvios desfavoráveis, as rubricas de Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas, sofreu um desvio de 5%, assim como os Gastos com o Pessoal cresceram 1,7% do que havia sido projetado.

Ainda com evolução desfavorável estiveram as rubricas de Perdas por imparidades e de Outros gastos e perdas, com desvios de 199% e 210%, respetivamente, pelo reconhecimento da incobrabilidade de dívidas de Utentes e de Outros Devedores, assim como pela contabilização de correções de exercícios anteriores.

Conta	Descrição	Orçamentado	Executado	Desvio	% Execução
61	Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas	302.483,15	317.719,77	15.236,62	105,04%
62	Fornecimentos e serviços externos	776.872,64	659.223,82	-117.648,82	84,86%
63	Gastos com o Pessoal	1.808.124,22	1.839.033,97	30.909,75	101,71%
64	Gastos de depreciação e de amortização	170.584,11	161.970,27	-8.613,84	94,95%
65	Perdas por imparidade	10.000,00	18.912,63	8.912,63	189,13%
67	Provisões do Período	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
68	Outros gastos e perdas	9.950,47	20.868,27	10.917,80	209,72%
69	Gastos e perdas de financiamento	17.520,00	12.660,61	-4.859,39	72,26%
	Total	**3.095.534,59**	**3.030.389,34**	**-65.145,25**	**97,90%**

3.2. Receita

Do lado da receita, esta totalizou o montante de 3 073 941,34€, o que se traduz numa taxa de execução de 98,1%

O ano de 2017 destaca-se pela recuperação das prestações de serviços, obtendo uma taxa de execução de 102,4%, proporcionando um desvio favorável face ao orçamentado em cerca de 2,4%, no montante de 22 195,41€.

Os subsídios à exploração apenas se executaram-se cerca de 95% do orçamentado, sendo o desvio no montante de 95 426,76€, na génese deste desvio está o motivo já atrás referido, da não aprovação da candidatura à formação financiada.

A candidatura à realização de formação financiada não aprovada, originou desvios quer ao nível da despesa quer ao nível da receita na ordem dos 131.000,00€, pelo que o desvio observado, não é preocupante nem influenciou o resultado líquido obtido.

A rubrica de Outros Rendimentos registou um desvio favorável de 110%, proporcionado pelo donativo de 10 000,00€, oferecido por um utente.

Conta	Descrição	Orçamentado	Executado	Desvio	% Execução
72	Prestações de serviços	919.894,99	942.070,4	22.195,41	102,41%
73	Variações nos inventários da produção	2.500,00	854,14	-1.645,86	34,17%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.083.207,89	1.987.781,13	-95.426,76	95,42%
76	Reversões	0,00	4.772,15	4 772,15	#DIV/0!
78	Outros rendimentos e ganhos	122.798,69	134.755,51	11.956,82	109,74%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3.737,50	3.266,11	-471,39	87,39%
	Total	**3.132.139,07**	**3.073.499,44**	**-58.639,63**	**98,13%**

Por fim apresenta-se a análise dos desvios orçamentais relativamente ao resultado líquido da empresa. Estes resultados são originados por todas as rubricas anteriormente apresentadas. O resultado líquido do exercício, totalizou os 42.585,60€, desviando-se favoravelmente 16,3% face ao orçamentado, traduzindo-se num acréscimo de 5.981,12€, que reflete a politica de acompanhamento e rigor das contas da Instituição.

Descrição	Orçamentado	Executado	Desvio €	Desvio %
Resultado Liquido do Exercício	36 604,48	42 585,60	5 981,12	16,34%

4.Rendimentos e Gastos

4.1. Resultados antes de depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

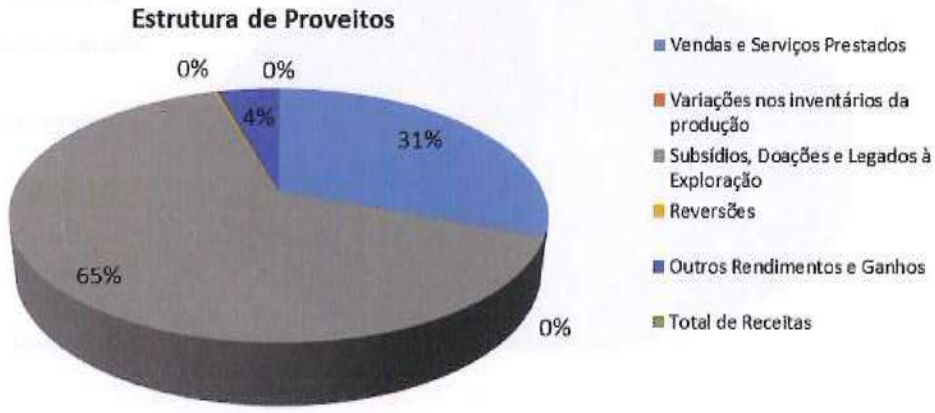
No ano de 2017, os proveitos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, totalizaram 3 070 695,23€ e a sua proveniência decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	€	%	€	%
Vendas e Serviços Prestados	942.070,40	30,68%	936.854,48	32,24%
Variações nos inventários da produção	854,14	0,03%	743,56	0,03%
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1.987.781,13	64,74%	1.806.299,27	62,17%
Reversões	4.772,15	0,16%	0,00	0,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	134.755,51	4,39%	161.669,86	5,56%
Total de Receitas	**3.070.233,33**		**2.905.567,17**	

Quando comparado com o exercício anterior, verifica-se que a estrutura de rendimentos, sofreu alterações, sendo os Subsídios à Exploração por parte do estado, com uma percentagem de 65%, quem mais contribui para o total das receitas, seguida da rubrica dos Serviços Prestados com 31% e por fim Outros Rendimentos e Ganhos com cerca de 4%, provenientes de rendas de propriedades de investimento, imputações de subsídios ao investimento, donativos, correções de exercícios anteriores e outros não especificados.

Os subsídios à exploração aumentam em 2,5% neste exercício, o seu peso relativo no total da receita, refletindo a alteração das tipologias que se realizou no último trimestre de 2016, na Unidade de Cuidados Continuados.

Por outro lado, demonstra a preponderância que as transferências da parte do estado têm no desenvolvimento das atividades da Instituição e a maior dependência das mesmas.



No que concerne à estrutura da despesa antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, pode observar-se, no quadro seguinte, que o valor global de 2017 ascendeu aos 2 855 758,46€.

Descrição	2017		2016	
	€	%	€	%
Custo dos Inventários Vendidos e das Matérias Consumidas	317.719,77	11,1%	311.335,94	11,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	659.223,82	23,1%	646.027,27	23,3%
Gastos com o pessoal	1.839.033,97	64,4%	1.751.010,05	63,1%
Imparidades	18.912,63	0,7%	27.214,29	0,9%
Provisões	0,00	0,0%	4.045,98	0,1%
Outros gastos	20.868,27	0,7%	36.476,04	1,3%
Total dos gastos	**2.855.758,46**		**2.776.109,57**	

Estruturalmente, as rubricas que compõe o total da despesa, mantém o seu peso relativo comparativamente com exercícios anteriores.

Os Gastos com Pessoal aumentaram o seu peso estrutural, situando-se agora nos 64%. A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas representa 11% dos gastos totais da instituição e os Fornecimentos e Serviços Externos 23%, mantendo os valores do exercício anterior.

Os gastos por perdas por imparidade, provisões e outros gastos, representaram cerca de 1,5% da despesa total, estão relacionados com o reconhecimento da incobrabilidade de dívidas de utentes, de outros devedores e de quotas de 2016 da Irmandade da Misericórdia.

4.2. Resultados Por Valência

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos resultados por cada valência da Instituição, demonstrando de que forma cada uma contribui na formação do resultado líquido global no exercício em análise.

	RUBRICAS	Centros Comuns	Creche	Apoio Domiciliário	ERPI	Jardim de Infância	UCCI	CMFR	Valências de Religião e Cultura	Loja Social	TOTAL	
	GASTOS											
61	CMVMC	0,00	13.791,43	19.679,01	85.479,64	11.479,05	140.323,09	44,18	395,10	46.528,27	317.719,77	10,5%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	31.815,80	36.006,41	11.604,37	135.993,45	46.248,30	332.555,62	44.109,32	10.750,54	10.140,01	659.223,82	21,8%
63	Gastos com Pessoal	50.148,58	323.613,25	72.707,98	418.229,69	211.553,40	705.615,50	35.145,60	12.144,19	9.875,78	1.839.033,97	60,7%
64	Gastos de depreciação e Amortização	8.900,38	9.275,37	1.989,26	46.406,75	11.259,04	69.576,52	12.552,82	1.502,75	507,38	161.970,27	5,3%
65	Perdas por Imparidade	777,00	3.107,88	0,00	0,00	0,00	13.190,75	1.837,00	0,00	0,00	18.912,63	0,6%
66	Perdas Redução Justo Valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
67	Provisões do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
68	Outros Gastos e Perdas	2.704,12	2.098,93	174,80	4.190,94	509,26	11.032,84	82,57	17,20	57,61	20.868,27	0,7%
69	Gastos e Perdas de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.027,57	633,04	0,00	0,00	12.660,61	0,4%
	Total de Gastos	94.345,88	387.893,27	106.155,42	690.300,47	281.049,05	1.284.321,89	94.404,53	24.809,78	67.109,05	3.030.389,34	100,0%
	RENDIMENTOS											
72	Prestações de Serviços	4.444,41	80.282,42	60.350,18	440.731,74	82.356,71	149.421,65	122.809,39	0,00	1.673,90	942.070,40	30,7%
73	Variações nos Inventários	0,00	0,00	0,00	854,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	854,14	0,0%
74	Trabalhos para a própria Entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
75	Subsídios à Exploração	5.895,47	237.184,38	67.899,43	241.077,11	215.506,60	1.186.888,58	412,06	0,00	32.917,50	1.987.781,13	64,7%
76	Reversões	4.247,65	0,00	0,00	0,00	524,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.772,15	0,2%
77	Ganhos por aumento Justo Valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	58.168,91	2.061,79	496,46	50.241,11	5.533,16	15.470,83	746,53	894,71	1.142,01	134.755,51	4,4%
79	Juros e Rendimentos Similares	3.266,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.266,11	0,1%
	Total de Rendimentos	75.498,05	319.528,59	128.746,07	732.904,10	303.920,97	1.351.781,06	123.967,98	894,71	35.733,41	3.072.974,44	100,0%
	RESULTADOS	-18.847,83	-68.364,68	22.590,65	42.603,63	22.871,92	67.459,17	29.563,45	-23.915,07	-31.375,64	42.585,60	

Da análise do quadro acima, constata-se o desempenho positivo da Unidade de Cuidados Continuados, da Estrutura Residencial para Idosos, da Clinica de Medicina Física e Reabilitação e do Jardim-de-Infância.

Em terreno negativo, encontram-se a Creche, a Loja Social, as Valências de Cultura e Religião e os Centros Comuns.

Comparando com o exercício anterior, é de destacar a recuperação dos resultados na UCCI, alavancados pela alteração de tipologias de longa duração para média duração, registando um aumento de 303% face a 2016, traduzindo-se num incremento de 100 000,00€ nos resultados desta valência.

É ainda de assinalar os significativos aumentos registados nas valências de Jardim-de-Infância (167%) e de Apoio domiciliário (1222%), traduzindo-se respetivamente em crescimentos de 56 953€ e de 20 882€.

Anos	Centros Comuns	Creche	Apoio Domiciliário	ERPI	Jardim de Infância	UCCI	CMFR	Valências de Religião e Cultura	Loja Social	TOTAL
GASTOS										
2016	98.085,89	373.345,34	121.266,61	648.101,70	307.536,66	1.280.250,55	91.938,75	18.061,84	70.454,35	3.009.041,69
2017	94.345,88	387.893,27	106.155,42	690.300,47	281.049,05	1.284.321,89	94.404,53	24.809,78	67.109,05	3.030.913,84
RENDIMENTOS										
2016	85.222,66	314.703,63	122.975,53	697.417,00	273.455,73	1.247.082,04	122.599,11	4.095,47	45.653,17	2.913.204,34
2017	75.498,05	319.528,59	128.746,07	732.904,10	303.920,97	1.351.781,06	123.967,98	894,71	35.733,41	3.073.499,44
RESULTADOS										
2016	-12.863,23	-58.641,71	1.708,92	49.315,30	-34.080,93	-33.168,51	30.660,36	-13.966,37	-24.801,18	-95.837,35
2017	-18.847,83	-68.364,68	22.590,65	42.603,63	22.871,92	67.459,17	29.563,45	-23.915,07	-31.375,64	42.585,60
Variação										
Absoluto	-5.984,60	-9.722,97	20.881,73	-6.711,67	56.952,85	100.627,68	-1.096,91	-9.948,70	-6.574,46	138.422,95
%	46,5%	16,6%	1221,9%	-13,6%	167,1%	303,4%	-3,6%	71,2%	26,5%	-144,4%

5. Ativo, Passivo e Situação Liquida

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017		2016	
Ativo não corrente	6.684.273,91	86,0%	8.367.612,51	85,9%
Ativo corrente	1.088.844,14	14,0%	1.375.294,01	14,1%
Total Ativo	**7773118,05**		**9.742.906,52**	

RUBRICAS	2017		2016	
Capital Próprio	6.130.059,91	78,9%	7.997.101,35	82,1%
Passivo não corrente	1.053.182,69	13,5%	1.156.523,81	11,9%
Passivo corrente	589.875,45	7,6%	589.281,36	6,1%
Total Capital Próprio e Passivo	**7.773.118,05**		**9.742.906,52**	

Analisando a estrutura do balanço, quando comparada com a do exercício transato, pode verificar-se que os Capitais Permanentes se mantém em valores que constituem uma margem de segurança prudente, garantindo o financiamento do Ativo Não Corrente.

O mesmo critério de prudência, é registado no valor dos Ativos Correntes que excedem o Passivo Corrente, de forma a cobrir falhas nas estimativas ou do não cumprimento dos prazos por parte dos Utentes e Entidades.

De realçar o desvio de cerca de 3%, que se regista nos capitais próprios da Instituição, resultantes do desreconhecimento nos Ativos Fixos Tangíveis do edifício do Hospital Nossa Senhora da Assunção.

Rácios de Atividade

Rácios de Atividade	2015	2016	2017
Rotação do Ativo	0,09	0,10	0,12
Tempo Médio Recebimentos	41,21	24,94	26,06
Tempo Médio de Pagamentos	32,56	32,22	31,87

Relativamente à análise da atividade verifica-se que o rácio da rotação do ativo tem vindo a aumentar ao longo do tempo, refletindo a quebra nos resultados e a redução do ativo não corrente.

O prazo médio de recebimento aumentou de 25 dias em 2016 para 26 dias em 2017. Após o reconhecimento e registo de imparidades de dívidas incobráveis de utentes que a Instituição registou no exercício anterior, a variação registada neste exercício é residual.

No que diz respeito ao prazo médio de pagamento os rácios mantiveram-se nos 32 dias, refletindo a política da Instituição, no rigor da liquidação dos débitos aos seus fornecedores.

Rácios Económicos

Rácios Económicos	2015	2016	2017
Rendibilidade do Ativo	0,00	-0,01	0,01
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	0,00	-0,01	0,01
Rendibilidade das Vendas (ou Margem das Vendas)	0,00	-0,10	0,05
Rendibilidade Operacional das Vendas	0,01	-0,09	0,06
Cash-Flow	228.288,72	125 960,60	204 555,90
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	1.943.550,71	1 892 150,80	2 056 250,45

Os rácios de rendibilidade recuperaram face ao exercício anterior, invertendo a trajetória decrescente que vinham evidenciando como se pode observar no quadro acima.

Rácios Financeiros

Rácios Financeiros	2015	2016	2017
Ativo Corrente (Circulante)	1 234 344,99	1 375 294,01	1 088 844,14
Ativo Corrente (Maneável)	1 207 297,79	1 333 946,91	1 042 188,88
Fundos Permanentes	9 168 821,20	9 249 462,51	7 183 242,60
Liquidez Geral	2,41	2,33	1,85
Liquidez Reduzida	2,35	2,26	1,77
Liquidez Imediata	1,40	1,14	1,14
Solvabilidade Geral	4,49	4,58	3,73
Solvabilidade Reduzida	6,34	6,91	5,82
Autonomia Financeira	0,82	0,82	0,79
Estrutura Endividamento	6,34	7,92	6,82
Endividamento	0,18	0,18	0,21
Deb to Equity Ratio	0,22	0,22	0,27

Como era esperado, os rácios relativos ao ativo da Santa Casa, retrocederam neste exercício com o desreconhecimento do Hospital, influenciando também a redução registada nos fundos permanentes, uma vez que foi o feito devido ajustamento nos excedentes de revalorização desse edifício.

Da análise dos rácios financeiros, constata-se a degradação dos indicadores de liquidez, no entanto os valores obtidos constituem indicam que a Misericórdia mantem a capacidade de fazer face aos seus compromissos no curto prazo.

No que diz respeito à solvabilidade, a evolução demonstra a redução dos fundos patrimoniais, no entanto comprovam a capacidade da Santa Casa em solver as suas obrigações. Confirmando uma estrutura financeira equilibrada em relação à exigibilidade das fontes de financiamento.

Relativamente à autonomia financeira, a taxa recuou para os 79%, demonstrando que apesar da redução do ativo mantém uma estrutura financeira forte que garantias aos financiadores, para satisfazer os seus compromissos.

6.Investimento

No que diz respeito à política de investimentos, em 2017 a Misericórdia de Seia prosseguiu com os investimentos que se encontravam em curso no ano anterior e efetuou novos investimentos em bens do ativo imobilizado corpóreo, orientando a sua política de investimento por princípios de rigor, visando a maximização da qualidade na prestação de serviços à comunidade através de uma criteriosa seleção dos investimentos no sentido de controlar o risco financeiro da Instituição.

7.Gastos de depreciação e de amortização

Os gastos de depreciação e amortização totalizaram 161 970,27€ (cento e sessenta e um mil, novecentos e setenta euros e vinte e sete cêntimos), representando um decréscimo de 25,61% face ao ano anterior.

As variações registadas nos ativos fixos tangíveis podem ser consultadas na nota 5 do Anexo.

8.Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Deduzidos os gastos de depreciação e amortização foi obtido um resultado operacional, antes de gastos de financiamento, de 51 980,10€ (cinquenta e um mil, novecentos e oitenta euros e dez cêntimos), o que representa um crescimento de 158,87% face ao exercício anterior.

9.Resultados financeiros

Os resultados financeiros são compostos pelos juros suportados com o financiamento obtido junto do CA (Crédito Agrícola) para a construção da Unidade de Saúde e por juros obtidos em Depósitos a Prazo. No exercício em análise, esta rubrica registou um saldo negativo de 9.394,50 € (nove mil, trezentos e noventa e quatro euros e cinquenta cêntimos).

No que diz respeito à despesa com juros suportados para financiamento dos investimentos, regista-se o recuo de 2 519,54€, o que representa uma queda de cerca de 17% nesta rubrica da despesa.

Globalmente, as variações proporcionaram um agravamento dos resultados financeiros, tendo-se deteriorado neste exercício em cerca de 25%.

Em linha com os anos anteriores verifica-se que a rubrica mantém a tendência de queda. Ainda que exista uma redução de capital em divida do empréstimo, as baixas taxas de juro oferecidas e o volume de depósitos a prazo mais reduzido, agravam os resultados financeiros.

Descrição	2016	2016	Δ€	Δ%
Juros obtidos	3266,11	7.637,17	-4.371,06	57,2%
Juros suportados	12660,61	15.180,15	-2.519,54	16,6%
Resultados Financeiros	**-9.394,50**	**-7.542,98**	**-1.851,52**	**-24,5%**

10. Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício de 2017 cifrou-se assim em 42.585,60€ (quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e sessenta cêntimos), representando um crescimento de 144% face ao exercício anterior.

11. Principais Riscos e Incertezas

A dimensão alcançada pelo crescimento registado nos últimos anos, não só pela grandeza em termos patrimoniais, mas também pelo papel que desempenha em termos económicos e da relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços, de importância crucial à sociedade, exige cada vez mais, a adoção de formas de organização e gestão que, mantendo a tradição e missão originais criem mais valor inovando e adequando os escassos recursos disponíveis às necessidades e solicitações da comunidade.

A reconfiguração do papel do Estado nas políticas socias são promotores da incerteza e vulnerabilidade exigindo maior rigor na gestão e permanente busca de novas soluções e conhecimentos para dar resposta aos riscos sociais.

A gestão do risco obriga a uma permanente monitorização que permita a previsão de acidentes e perigos futuros permitindo a elaboração de medidas de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

12. Recursos Humanos

No ano de 2017 a Santa Casa, manteve a sua política de recursos humanos, em linha com a estratégia da Instituição.

Em 31 de Dezembro a Misericórdia, contava com 127 colaboradores, sendo 111 efetivos e 16 contratados.

Valências	Efetivos	Contratados	Total
Apoio Domiciliário	5	0	5
Clinica Medicina Física e de Reabilitação	2	0	2
Creche e Jardim de Infância	29	2	31
Lar de Idosos	35	3	38
Unidade de Saúde	35	10	45
Centros Comuns	5	0	5
Igrejas e Museu	0	1	1
Loja Social	0	0	0
Total	**111**	**16**	**127**

Apresenta-se de seguida alguns indicadores, que traduzem a evolução dos recursos humanos na instituição.

12.1. Tempo de Serviço na Instituição

	Masculino	Feminino	Total
Até 3 Anos	8	16	24
3 - 6 Anos	3	19	22
6 - 9 Anos	6	28	34
9 - 12 Anos	0	8	8
> 12 Anos	0	39	39
Total	**17**	**110**	**127**

12.2. Faixa Etária dos Colaboradores

	Masculino	Feminino	Total
18 - 24 Anos	1	5	6
25 - 34 Anos	6	30	36
35 - 44 Anos	6	31	37
45 - 65 Anos	4	44	48
> 65 Anos	0	0	0
Total	**17**	**110**	**127**

O género feminino é o mais preponderante com uma taxa de 86,6%. Apenas 13,4% dos colaboradores pertencem ao género masculino.

12.3. Estrutura Habilitacional - Escolaridade

	Masculino	Feminino	Total
1 º Ciclo	0	17	17
2 º Ciclo	1	8	9
3 º Ciclo	2	29	31
Ensino Secundário	9	23	32
Licenciatura	5	33	38
Total	**17**	**110**	**127**

12.4. Distribuição dos Colaboradores por Resposta Social

	Recursos Humanos	Nº Utentes
Apoio Domiciliário	5	39
Clinica de Medicina Física e de Reabilitação	2	437*
Creche e Jardim de Infância	31	185
Lar de Idosos	38	65
Unidade de Saúde e Clinica de Medicina	45	42

*tratamentos mensais

12.5. Categorias Profissionais

	Masculino	Feminino	Total
Ajudante Ação Educativa	0	13	13
Ajudante de cozinheira	0	8	8
Ajudante de Lar e Centro Dia	0	17	17
Ajudante Familiar Domiciliário	0	4	4
Assistente Administrativa	1	5	6
Auxiliar de Ação Médica	8	9	17
Auxiliar de Educação	0	1	1
Chefe de Secção	0	1	1
Contabilista	1	0	1
Cozinheira	0	3	3
Diretor Coordenador	0	1	1
Diretor Técnico do Estabelecimento	0	3	3
Educadora de Infância	0	10	10
Encarregada Serviços Gerais	0	1	1
Enfermeiro	3	10	13
Motorista de Pesados	1	0	1
Operador de Lavandaria	0	4	4
Rececionista/Operador Telefone	1	0	1
Servente	1	0	1
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	1	6	7
Técnica Superior Serviço Social	0	1	1
Trabalhador de Serviços Gerais	0	13	13
Total	17	110	127

Formação Profissional

Resultante das candidaturas submetidas em 2016 à Medida Cheque-Formação, foi ministrada formação aos colaboradores da Instituição numa parceria com a entidade formadora, Lopes Garcia Consultores.

Com uma carga horária de 50 horas cada, realizaram-se os seguintes cursos:

- Técnicas de comunicação e atendimento – 2 turmas;
- Comunicação Interpessoal e assertiva – 1 turma;
- Melhoria da Qualidade – 2 turmas;
- Comunicação na interação com a pessoa apoiada, cuidador e família – 1 turma;
- Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento – 1 turma;
- Prevenção e controlo na infeção na prestação de cuidados pessoais à comunidade – 1 turma

13. Situação Perante a Segurança Social e Estado

A Santa Casa tem a sua situação regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e o Instituto da Segurança Social, bem como com as demais entidades e fornecedores.

14. Evolução previsível e Perspetivas Futuras

Prevê-se que o ano de 2018 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social a pessoas carenciadas e demais utilizadores dos serviços disponibilizados à comunidade pela Santa Casa.

15. Gestão de Riscos Financeiros

O risco de crédito está presente no quotidiano de qualquer empresa e/ou Instituição, como seja a Santa Casa da Misericórdia de Seia. Ainda que não tenha como objetivo o lucro, reconhece-o como uma das suas preocupações, já que o mesmo quando é atingido é aplicado na melhoria das condições de vida de todos quantos estão ligados à Instituição.

Dada a sua dimensão, gere fluxos significativos de capital, por isso requer uma gestão que leve em conta as condições da envolvente social, bem como boas práticas de gestão financeira.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneio e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo deste modo a preservação de valor, bem como o que pode ser posto em causa.

16. Negócios entre a Instituição e os Administradores

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Seia, não tem qualquer interesse económico com a Instituição, desempenhando as funções de modo absolutamente voluntário e altruísta.

17. Proposta de Aplicação de Resultados

Para o Resultado Liquido do Exercício positivo no montante de 42 585,60€, propõe-se a seguinte distribuição:

- Transferência para Resultados Transitados 42 585,60€.

18. Considerações Finais

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que possam ser regularmente suportados pela entidade.

Apresenta-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, A Demonstração de Alterações aos Fundos Patrimoniais e o Anexo.

Seia, 21 de Março de 2017

Corpos gerentes responsáveis pelas contas

O Provedor

Alcides Sores Henriques

O Vice-Provedor

Virgílio Ribeiro Borges

A Secretária

Maria Lúcia Pires da Silva Leitão

O Tesoureiro

Paulo Caetano Abrantes Jorge

O Vogal

Ricardo Nuno Dias Mendes Lopes Alves

Suplente

Maria Isabel dos Santos Miranda da Mota

Aprovado em Assembleia Geral em, 28 de Março de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia

José Fernando Beco

O Vice-Presidente

José Manuel Mendes Marques

A Secretária

Ana Rita Amaral Soares Henriques

SANTA CASA
MISERICÓRDIA DE SEIA

Demonstrações Financeiras:

Balanço -

Demonstrações de Resultados -

Demonstrações dos Fluxos de Caixa -

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais -

Anexo -

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500875804
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6 364 494,42	8 357 741,95
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	290 000,00	4 420,99
Investimentos financeiros	5	29 779,49	5 449,57
		6 684 273,91	8 367 612,51
Activo corrente			
Inventários	7	46 655,26	41 347,10
Créditos a receber	13.3	67 258,67	64 024,95
Estado e outros entes públicos	13.9	22 190,74	21 164,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	1 976,50	2 255,50
Diferimentos	13.5	9 941,55	30 027,52
Outros ativos correntes	13.4	268 559,05	543 487,52
Caixa e depósitos bancários	13.6	672 262,37	672 987,41
		1 088 844,14	1 375 294,01
Total do ativo		7 773 118,05	9 742 906,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	318 301,19	318 301,19
Resultados transitados	13.7	2 774 545,91	2 935 517,94
Excedentes de revalorização	13.7	1 896 107,45	3 754 828,96
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1 098 519,76	1 084 290,61
		6 087 474,31	8 092 938,70
Resultado líquido do período		42 585,60	-95 837,35
Total dos fundos patrimoniais		6 130 059,91	7 997 101,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	966,59	6 767,04
Provisões específicas	9	2 216,10	3 402,77
Financiamentos obtidos	6	980 000,00	1 066 354,00
Outras contas a pagar	13.10	70 000,00	80 000,00
		1 053 182,69	1 156 523,81
Passivo corrente			
Fornecedores	13.8	87 793,19	88 169,61
Estado e outros entes públicos	13.9	50 215,29	74 227,44
Financiamentos obtidos	6	86 257,16	102 794,64
Diferimentos	13.5	115,00	8 377,98
Outros passivos correntes	13.10	365 494,81	315 711,69
		589 875,45	589 281,36
Total do passivo		1 643 058,14	1 745 805,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 773 118,05	9 742 906,52

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificad

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA **Contribuinte:** 500875804

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 **Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	942.070,40	936.854,48
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	1.987.781,13	1.806.299,27
Variação nos inventários da produção	7	854,14	743,56
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	317.719,77	311.335,94
Fornecimentos e serviços externos	13.12	659.223,82	646.027,27
Gastos com o pessoal	11	1.839.033,97	1.751.010,05
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.3-13.4	18.912,63	25.034,29
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9	-1.186,67	4.045,98
Outras imparidades (perdas/reversões)	5	-3.060,98	2.180,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.13	134.755,51	161.669,86
Outros gastos	13.14	20.868,27	36.476,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**213.950,37**	**129.457,60**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	161.970,27	217.751,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**51.980,10**	**-88.294,37**
Juros e rendimentos similares obtidos	13.15	3.266,11	7.637,17
Juros e gastos similares suportados	13.15	12.660,61	15.180,15
Resultados antes de impostos		**42.585,60**	**-95.837,35**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**42.585,60**	**-95.837,35**

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificad

Paulo Duarte

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	8-13.3	933.307,65	947.896,85
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	13.8	-981.714,51	-973.848,20
Pagamentos ao pessoal	11	-1.460.242,06	-1.378.385,16
Caixa gerada pelas operações		-1.508.648,92	-1.404.336,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.698.564,64	1.479.230,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		189.915,72	74.894,40
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5-13.9-13.10	-290.763,39	-137.254,07
Activos intangíveis			0,00
Investimentos financeiros	5	-3.329,92	-3.488,42
Outros activos			0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	13.13	45.707,49	43.802,34
Activos intangíveis			0,00
Investimentos financeiros			0,00
Outros activos			0,00
Subsídios ao investimento	10	147.687,51	63.955,92
Juros e rendimentos similares	13.15	3.266,11	7.637,17
Dividendos			0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-97.432,20	-25.347,06
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	-80.547,95	-79.260,20
Juros e gastos similares	13.15	-12.660,61	-15.180,15
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-93.208,56	-94.440,35
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	13.6	-725,04	-44.893,01
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		672.987,41	717.880,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		672.262,37	672.987,41

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Paulo Duarte

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500875804
Moeda: (Valores em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016											
1		318.301,19	0,00	0,00	2.931.589,46	0,00	3.754.828,96	811.761,76	0,00	7.816.481,37	0,00	7.816.481,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.7							214.288,19		214.288,19		214.288,19
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.288,19	0,00	214.288,19	0,00	214.288,19
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO											
3	13.7				3.928,48			-41.756,34	-95.837,35	-133.666,21		-133.666,21
RESULTADO EXTENSIVO											
4=2+3		0,00	0,00	0,00	3.928,48	0,00	0,00	172.528,85	-95.837,35	80.619,98	0,00	80.619,98
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016											
6=1+2+3+5	13.7	318.301,19	0,00	0,00	2.935.517,94	0,00	3.754.828,96	1.084.290,61	-95.837,35	7.997.101,35	0,00	7.997.101,35

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017											
1	13.7	318.301,19	0,00	0,00	2.935.517,94	0,00	3.754.828,96	1.084.290,61	0,00	8.092.938,70	0,00	8.092.938,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	4-13.7				10.375,30					10.375,30		10.375,30
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	4-13.7				-7.840,00		-1.858.721,51			-1.866.561,51		-1.866.561,51
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	4-10-13.7				-67.669,98			35.785,00		-31.884,98		-31.884,98
2		0,00	0,00	0,00	-65.134,98	0,00	-1.858.721,51	35.785,00	0,00	-1.888.071,19	0,00	-1.888.071,19
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO											
3	4-13.7				-95.837,35			-21.556,85	42.585,60	-74.807,60		-74.807,60
RESULTADO EXTENSIVO											
4=2+3	4-13.7	0,00	0,00	0,00	-160.972,03	0,00	-1.858.721,51	14.228,15	42.585,60	-1.962.878,79	0,00	-1.962.878,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos										0,00		0,00
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
5								0,00		0,00		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017											
6=1+2+3+5	4-13.7	318.301,19	0,00	0,00	2.774.545,91	0,00	1.896.107,45	1.098.519,76	42.585,60	6.130.059,91	0,00	6.130.059,91

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Paulo Duarte

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA

Anexo

14 de Março de 2018

Índice

1 Identificação da Entidade 3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 3
3 Principais Políticas Contabilísticas 4
3.1 Bases de Apresentação 4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 7
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 17
5 Ativos Fixos Tangíveis 17
6 Custos de Empréstimos Obtidos 20
7 Inventários 21
8 Rédito 21
9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 22
10 Subsídios do Governo, apoios do Governo e Outras Entidades 22
11 Benefícios dos empregados 23
12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 23
13 Outras Informações 24
13.1 Investimentos Financeiros 24
13.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros 24
13.3 Clientes e Utentes 25
13.4 Outras contas a receber 25
13.5 Diferimentos 26
13.6 Caixa e Depósitos Bancários 26
13.7 Fundos Patrimoniais 26
13.8 Fornecedores 27
13.9 Estado e Outros Entes Públicos 27
13.10 Outras Contas a Pagar 28
13.11 Subsídios, doações e legados à exploração 28
13.12 Fornecimentos e serviços externos 29
13.13 Outros rendimentos 29
13.14 Outros gastos 29
13.15 Resultados Financeiros 29
13.16 Acontecimentos após data de Balanço 30

1 Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA é uma instituição sem fins lucrativos, com registo efetuado na Direção-Geral da Segurança Social, no Livro 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o nº 1/84, fls. 155 e 155 verso e com sede em Rua da Creche, Seia.

Para que possa prosseguir os seus objetivos, desenvolve as seguintes atividades:

- Apoio ao Idoso na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cuidados para crianças em Creche e Jardim de Infância;
- Cuidados de Saúde em Unidade de Cuidados Continuados Integrados e de Clinica Médica.
- Para além do apoio aos mais carenciados através da Loja Social com o Programa da Cantina Social, disponibiliza ainda, outros apoios à comunidade, como por exemplo formação profissional a ativos empregados e desempregados.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do mesmo Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Aviso Nº 8259/2015 de 29 de Junho (Norma de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo;
- Portaria Nº 218/2015 de 23 de Junho;
- Portaria Nº 220/2015 de 24 de Junho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de

janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	**2.909.123,35**
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	977.359,80
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimonais SNC-ESNL	**3.886.483,15**

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	**173.868,17**
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	0,00
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	**173.868,17**

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

a) A retribuição total paga ou recebida;

b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	5
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	7

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Relativamente a esta rubrica do ativo, no ano de 2017, as "Propriedades de Investimento", foram reclassificadas para "Ativos Fixos Tangíveis", como previsto na norma NCRF-ESNL.

Os ativos da Santa Casa detidos para obter rendimento, foram reavaliados neste exercício, na nota 5 deste anexo descreve-se mais apropriadamente as alterações produzidas por essa avaliação.

Neste exercício, a Santa Casa, desreconheceu o valor do edifício do Hospital no seu ativo fixo tangível.

Ainda que a Santa Casa seja a proprietária do Hospital, o mesmo foi demolido e no seu lugar foi construído um novo que deverá ser objeto de tratamento nas contas da ULS da Guarda.
A ULS da Guarda, está na posse do Hospital e cabe-lhe para além exploração, todos os gastos de manutenção e depreciação, não sendo possível determinar quando será devolvido, nem pode o estado exigir quaisquer indemnizações ou invocar direito de retenção finda a utilização. Por este motivo, a Santa Casa não reconhece nas suas contas o gasto de depreciação, mas também não reconhece o valor do ativo.

O Hospital, foi avaliado na sua totalidade, no montante de 3 700 000,00€, no ativo da Santa Casa consta apenas 25% do valor de reavaliação correspondente ao valor do terreno, nos termos do nº3 do artigo 10º do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.
Quanto ao edifício, este será reconhecido apenas quando for indicado a intenção da ULS da Guarda de o devolver à Santa Casa, altura em que será objeto de reavaliação e reconhecimento no ativo fixo tangível da Misericórdia de Seia, iniciando-se nessa data a depreciação.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.
O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.
As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"
As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.
Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.
Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.
De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - **Alterações no risco segurado;**
    - **Alterações na taxa de câmbio;**
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - **Entrada em incumprimento de uma das partes;**
    - **Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:**
        - **Alterações no preço do bem locado;**
        - **Alterações na taxa de câmbio**
        - **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes**

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a caraterística qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.
Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do Balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) " As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa";

b) "As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas";

c) "As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21%, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Para além da alteração já referida no ponto 3.2.3, relativo ao hospital, que originou uma significativa redução do ativo da Santa Casa, neste exercício, foram contabilizados os seguintes factos relevantes que originaram alterações na conta de resultados transitados:

A Débito pela natural transferência de resultado líquido do exercício 2016, no montante de 95 837,35€

A Débito, pelo pagamento de retroativos de subsídios de turno relativo a anos anteriores, no montante de 67 678,66€.

A Débito, pela depreciação de anos anteriores, de Ativos Fixos Tangíveis que se encontravam registados como propriedades de investimento, no montante de 7 840,00€.

A Crédito, pela utilização dos excedentes de revalorização das reavaliações de Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 10 375,30€.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	2016					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imóveis	4.420,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.420,99
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**4 420,99**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 420,99**

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imóveis	4 420,99	0,00	0,00	3 060,98	282 518,03	290 000,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**4 420,99**	**0,00**	**0,00**	**3 060,98**	**282 518,03**	**290 000,00**

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	82 592,98	0,00	0,00	0,00	0,00	82 592,98
Edifícios e outras construções	8 720 655,84	0,00	0,00	0,00	0,00	8 720 655,84
Equipamento básico	957 365,01	14 592,39	0,00	0,00	0,00	971 957,40
Equipamento de transporte	209 797,20	8 235,00	-3 950,00	0,00	0,00	214 082,20
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	84 713,90	26 824,12	0,00	0,00	0,00	111 538,02
Outros Ativos fixos tangíveis	133 158,59	0,00	0,00	0,00	0,00	133 158,59
Total	**10 188 283,52**	**49 652,51**	**-3 950,00**	**0,00**	**0,00**	**10 233 985,03**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	874 277,10	120 095,85	0,00	0,00	0,00	995 298,21
Equipamento básico	750 701,72	86 638,09	0,00	0,00	0,00	837 339,81
Equipamento de transporte	187 085,89	4 767,00	-1 220,00	0,00	0,00	190 632,89
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	92 692,09	4 242,87	0,00	0,00	0,00	96 841,04
Outros Ativos fixos tangíveis	87.876,66	1 176,82	0,00	0,00	0,00	89 053,48
Total	**1 992 633,46**	**217 751,97**	**-1 220,00**	**0,00**	**0,00**	**2 209 165,43**

No exercício de 2017, a Santa Casa, submeteu os seus ativos fixos tangíveis a avaliação feita por perito independente, dessa avaliação, foi registada uma reversão de perdas por imparidade no montante de 3.060,98€, pela revalorização do edifício da Igreja, pertencente aos bens do património artístico e cultural, ficando este imóvel avaliado em 290 000,00€.

A entidade detinha no exercício de 2016, o montante de 220 481,62€, contabilizados na rubrica de propriedades de investimento, que no exercício de 2017 depois de reavaliados, reclassificou para ativos fixos tangíveis.

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	82.592,98			925.000,00	460.375,73	1.467.968,71
Edifícios e outras construções	8.720.655,84	11.984,07		- 956.177,92	-2.375 981,71	5.400.480,28
Equipamento básico	971.957,40	8.750,05				980.707,45
Equipamento de transporte	214.082,20	1.475,00				215.557,20
Equipamento administrativo	111.538,02	9.197,63				120.735,65
Outros Ativos fixos tangíveis	133.158,59	1.500,00				134.658,59
Total	**10.233.985,03**	**32 906,75**		**-31 177,92**	**-1 915 605,98**	**8.320.107,88**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	995.298,21	122.301,73		-12.561,28		1.105.038,66
Equipamento básico	837.339,81	22.604,16				859.943,97
Equipamento de transporte	190.632,89	7.142,00		2.080,00		199.854,89
Equipamento administrativo	96.841,04	8.745,56				105.586,60
Outros Ativos fixos tangíveis	89.053,48	1.176,82				90.230,30
Total	**2 209 165,43**	**161 970,27**		**-10.481,28**		**2.360.654,42**

Neste exercício ocorreram os seguintes movimentos, nas rubricas de Edifícios e Outras Construções:

Transferências

Transferência terreno hospital	-925 000,00€
Transferência para ativos detidos para venda	-21 000,00€
Transferência amortizações acumuladas pela revalorização	-15 177,92€
Total	-961 177,92€

Revalorizações

Desreconhecimento do Hospital	-2 486 000,00€
Revalorizações de ativos fixos tangíveis	110 018,29€
Total	-2 375 981,71€

Ativos Fixos Tangíveis em curso

No que concerne aos "Ativos Fixos Tangíveis em curso" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

2016					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Projeto Quinta da tapada	4.264,95	0,00	0,00	0,00	4 264,95
Ampliação/Remodelação ERPI	20.574,22	87 601,56	0,00	0,00	108 175,78
Total	**24.839,17**	**87 601,56**	**0,00**	**0,00**	**112 440,73**

Descrição	2017				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Projeto Quinta da tapada	4.264,95	0,00	0,00	0,00	4 264,95
Ampliação/Remodelação ERPI	108 175,78	292 231,23	0,00	0,00	400 407,01
Requalificação da Igreja	0,00	369,00	0,00	0,00	369,00
Total	**112 440,73**	**292 600,23**	**0,00**	**0,00**	**405 040,96**

Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos noutras empresas	**0,00**	**0,00**
Outros investimentos financeiros	**8 779,49**	**5 449,57**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**0,00**	**0,00**
Ativos não correntes detidos para venda	**21 000,00**	**0,00**
Total	**29 779,49**	**5 449,57**

Os Investimentos Financeiros, aqui referidos dizem respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 7 847,09€ e ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, no montante de 932,40€.

Em ativos detidos para venda, encontram-se dois imóveis que estão em negociação para serem vendidos.

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	86 257,16	980 000,00	1 066 257,16	80 451,11	1 066 354,00	1 146 805,11
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**86 257,16**	**980 000,00**	**1 066 257,16**	**80 451,11**	**1 066 354,00**	**1 146 805,11**

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	80.547,95	12.660,61	93.111,72	79.260,20	13.288,08	92.548,28
De um a cinco anos	417.111,13	48.849,47	465.960,60	365.377,71	68.913,16	434.290,87
Mais de cinco anos	568.598,08	35.961,36	604.656,28	781.427,40	107.919,88	526.839,15
Total	**1.066.257,16**	**97.471,44**	**1.163.728,60**	**1 146 805,11**	**190.121,12**	**1.053.678,30**

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5.161,49	28.600,64	529,18	5.033,36	29.480,23	0,00	6.633,64
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21.855,71	308.145,45	-11.639,43	36.313,74	313.960,20	-20.412,70	40.021,42
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**27.017,20**	**336.746,09**	**-11.110,25**	**41.347,10**	**343.440,43**	**-20.412,70**	**46.655,06**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	338.982,96	0,00	0,00	311.335,94	0,00	0,00	317.719,77
Variações nos inventários da produção	2.523,36	0,00	0,00	743,56	0,00	0,00	854,14

8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	937 625,90	932 401,98
Quotas e joias	4 444,50	4 452,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	3 266,11	7 637,17
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	**945 336,51**	**944 492,98**

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	6 767,04	0,00	5 800,45	966,59
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	3 402,77	0,00	1 186,67	2 216,10
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**10 169,81**	**0,00**	**6 987,12**	**3 182,69**

A provisão para "Contratos Onerosos" relativa ao imóvel doado por um utente diminuiu pela faturação realizada ao mesmo, isto é, o valor de 5 800,45€, já se encontra reconhecido na demonstração de resultados, na conta de serviços prestados, como comparticipação familiar.

Na provisão específica para o setor, foram contabilizados 1 186,67€ de reversão de provisões, pelo motivo de se terem consumido parte dos artigos aos quais foi afetada.

10 Subsídios do Governo, apoios do Governo e Outras Entidades

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Piddac	166 041,14	170 785,17
ARS do Centro	541 215,59	553 802,00
MASES	25 200,00	25 800,00
QREN	19 793,64	22 619,05
Subsídios de Outras Entidades		
Fundo Rainha D. Leonor	213 186,39	213 186,39
BPI Senior+	30 435,00	0,00
Total	**995 871,76**	**986 192,61**

Na nota acima, estão descritos, os valores dos subsídios ao investimento atribuídos à Santa Casa.

Inicialmente foram registados em Fundos Patrimoniais e em cada ano vão sendo imputados a resultados no base proporcional às depreciações dos investimentos, sendo à data de 31 de Dezembro de 2017, o valor remanescente, a imputar nos exercícios subsequentes.

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foi de 17 nos dois exercícios. Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 130 e em 31/12/2017 foi de 127.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 446 541,07	1 382 272,82
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	408,73	0,00
Encargos sobre as Remunerações	315 892,66	300 618,11
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	15 896,32	16 250,58
Gastos de Ação Social	21 264,43	21 264,43
Outros Gastos com o Pessoal	39 030,76	30 604,11
Total	**1 839 033,97**	**1 751 010,05**

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2016 foram de 3.000,00€ e em 2017, foram de 2.750,00€, acrescidos de IVA à taxa de 23%, em cada um dos períodos.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	**0,00**	**0,00**
Investimentos em associadas	**0,00**	**0,00**
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**0,00**	**0,00**
Investimentos noutras empresas	**0,00**	**0,00**
Outros investimentos financeiros	**8 779,49**	**5 449,57**
Ativos não correntes detidos para venda	**21 000,00**	**0,00**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**0,00**	**0,00**
Total	**29 779,49**	**5 449,57**

13.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	14 075,24	12 787,74
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-12 098,74	-10 532,24
Total	**1 976,50**	**2 255,50**
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**

13.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	67 236,24	78 236,58
Adiantamentos de Utentes	330,13	128,42
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	16 650,73	0,00
Perdas por imparidade		
Utentes	-16 958,43	-14 340,05
Total	**67 258,67**	**64 024,95**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Clientes	0,00	0,00
Utentes	-3 113,78	-14 340,05
Reversões em dívidas a receber	530,40	0,00
Total	**-2 583,38**	**-14 340,05**

13.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a Fornecedores	1 379,99	2 621,34
Adiantamentos ao pessoal	945,54	300,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	21 075,66	21 370,22
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	260 185,61	519 195,96
Perdas por Imparidade	-15 027,75	0,00
Total	**268 559,05**	**543 487,52**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Outros Devedores	-16 765,25	0,00
Reversões de Dividas a Receber	436,00	0,00
Total	**-16 329,25**	**0,00**

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
	9 941,55	30 027,52
Total	**9 941,55**	**30 027,52**
Rendimentos a Reconhecer		
	115,00	8 377,98
Total	**115,00**	**8 377,98**

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	Movimentos a Débito	Movimentos a Crédito	2017
Caixa	364,36	876.413,37	875.977,60	800,13
Depósitos à ordem	87.508,84	4.685.476,63	4.563.448,61	209.536,86
Depósitos a prazo	585.114,21	435.313,95	558.502,78	461.925,38
Total	**672.987,41**	**5.997.203,95**	**5.997.928,99**	**672.262,37**

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	318 301,19	0,00	0,00	318 301,19
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2 935 517,94	10 375,30	171 347,33	2 774 545,91
Excedentes de revalorização	3 754 828,96	703 181,45	2 561 902,96	1 896 107,45
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 084 290,61	35 785,00	21 555,85	1 098 519,76
Resultado Liquido do Exercício	0,00	42 585,60	0,00	42 585,60
Total	**8 092 938,70**	**791 927,35**	**2 754 806,14**	**6 130 059,91**

No exercício, ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais:

-em Resultados Transitados, a diminuir:

95 837,35€, pela transferência do resultado líquido do exercício de 2016;

67 669,98€, pelo pagamento de retroativos de subsídio de turno, relativo a anos anteriores;

7 840,00€, pela amortização de ativos fixos tangíveis de anos anteriores, de propriedades que se encontravam registados como propriedades de investimento.

-em Resultados Transitados, a adicionar:

10 375,00€, pela utilização dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis.

-em Excedentes de Revalorização a diminuir:

2 550 768,03€, pelo desreconhecimento do edifício do hospital

759,63€, pela revalorização de ativos fixos tangíveis

10 375,00€ pela amortização de ativos fixos tangíveis revalorizados

-em Excedentes de Revalorização a adicionar:

703 181,45€, pela revalorização de ativos fixos tangíveis, realizada por perito independente.

-em Outras variações nos fundos patrimoniais, a diminuir:

20 755,85€, pela imputação de subsídios ao investimento, pela depreciação de ativos fixos tangíveis;

800,00€, pela utilização do fundo interno de solidariedade por uma colaboradora.

-em Outras variações nos fundos patrimoniais, a adicionar:

5 000,00€, pela de 1/2 de um imóvel em Cantanhede;

30 435,00€, pelo reconhecimento do prémio BPI Sénior +;

350,00€, pela reposição de fundo interno de solidariedade de uma colaboradora.

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	87 793,19	88 169,61
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	**87 793,19**	**88 169,61**

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	22 190,74	21 164,01
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	**22 190,74**	**21 164,01**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	11 214,01	16 046,13
Segurança Social	38 361,92	57 941,71
Outros Impostos e Taxas	639,36	239,60
Total	**50 215,29**	**74 227,44**

13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-8 097,99		-11 670,06
Outras operações		-800,00		
Fornecedores de Investimentos	**-70 000,00**	**-39 516,41**	**-80.000,00**	**-10 325,68**
Credores por acréscimo de gastos		**-260 489,79**		**-236 253,03**
Outros credores		**-20 474,35**		**21 859,91**
Total	**-70 000,00**	**-365 494,81**	**-80.000,00**	**-315 711,69**

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
-ISS,IP - Centro Distrital - Creches	233 680,12	218 078,80
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	213 202,22	193 194,72
-ISS,IP - Centro Distrital - Cantina Social	32 917,50	43 762,50
-ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	67 487,37	67 411,09
-ISS,IP - Centro Distrital - ERPI	230 291.37	227 834,52
-ISS,IP - Centro Distrital -UCCI	158 080,39	176 283,66
-Instituto do Emprego e Formação Profissional	31 182,13	22 686,37
-Administração Regional de Saúde do Centro	1 019 432,62	853 570,51
-Outros - IFAP	1 507,41	3 477,10
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	**1 987 781,13**	**1 806 299,27**

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	7 607,50	12 735,00
Serviços especializados	283 371,79	256 017,32
Materiais	28 569,14	31 853,14
Energia e fluidos	147 285,23	162 009,39
Deslocações, estadas e transportes	1 606,88	703,81
Serviços diversos	183 912,96	175 414,42
Encargos com os Utentes	6 870,32	7 294,19
Total	**659 223,82**	**646 027,27**

13.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1 338,50	3 599,05
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 982,28	2 345,02
Rendimentos em investimentos não financeiros	45 707,49	43 802,34
Outros rendimentos	85 727,24	111 923,45
Total	**134 755,51**	**161 669,86**

13.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	92,68	1 129,82
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	7 190,31	11 897,33
Perdas em inventários	330,86	263,45
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	11 616,77	21 765,14
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados e utentes	1 637,65	1 420,30
Total	**20 868,27**	**36 476,04**

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-12 660,61	-15 180,15
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	**-12 660,61**	**-15 180,15**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 266,11	7 637,17
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**3 266,11**	**7 637,17**
Resultados Financeiros	**-9 394,50**	**-7 542,98**

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 14 de Março de 2018.

Seia, 14 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

SANTA CASA
MISERICÓRDIA DE SEIA

Parecer do Conselho Fiscal

CONSELHO FISCAL

Parecer sobre o Relatório e Contas do exercício de 2017

Aos vinte e seis dias de Março de 2018, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Seia, para, nos termos da alínea f) do artigo 50º do Compromisso, apreciar as contas do exercício de 2017, apresentadas pela Mesa Administrativa e emitir o correspondente Parecer, a submeter à apreciação da Assembleia Geral.

Verificámos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os normativos contabilísticos em vigor.

Da leitura do Relatório de Actividades de 2017, concluímos ter sido um ano positivo para a Instituição, na qualidade das respostas sociais e serviços prestados junto da comunidade.

No que respeita ao resultado económico de 2017, é com muita satisfação e agrado que se verifica uma inversão da tendência negativa, registando-se um resultado positivo de 42.586 euros.

Relembramos que obter um resultado económico positivo não é o principal objetivo da Misericórdia, mas constitui, sem dúvida, um dos principais indicadores que confirmam a sustentabilidade financeira necessária para ajudar quem mais precisa.

Ao nível de Balanço e rácios financeiros, apesar da evolução menos positiva, a Instituição encontra-se numa posição financeira saudável e confortável.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao exercício de 2017.

Por último, mas não menos importante, o Conselho Fiscal agradece a todos os colaboradores, voluntários e Orgãos Sociais desta Instituição, pelo esforço, empenho e dedicação demonstradas, implicando muitas vezes sacrifícios da vida pessoal e familiar.

Seia, 26 de Março de 2018

O Conselho Fiscal,

Presidente

Miguel Cecílio Pereira Bessa

Suplente

Vera Lúcia Rodrigues Mota

Vice Presidente

Patrícia Garcia Amaral

Suplente

Elisabete Maria Oliveira Cunha

Secretária

Maria Eulália Anacleto da Silva Clara

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

SANTA CASA
MISERICÓRDIA DE SEIA

Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEIA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 7.773.118,05 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.130.059,91 euros, incluindo um resultado líquido de 42.585,60 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Fomos nomeados para substituir o ROC anterior, cujas funções terminaram em 23 de novembro de 2017, que emitiu uma opinião não modificada, relativa ao ano de 2016.

Neste ano de 2017, o Órgão de Gestão encomendou uma avaliação dos seus imóveis a um perito independente, e com base nessa avaliação decidiu desreconhecer o Edifício do Hospital e mensurar o terreno onde está implantado o edifício. Dessa avaliação houve a reclassificação das propriedades de investimento, conforme divulgações nas notas do anexo 3.2.3 e 5, respetivamente.

Isaías de Pinho e Sousa – ROC 1724
Registado na CMVM 20161334
Mail: isaiasroc@icloud.com
NIF: 105 645 338
Rua de Arcozelo, 849
4505-684 C. São Jorge
Telm: 917520503 Telf: 227419270

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Caldas de S. Jorge, 22 de março de 2018

Isaías de Pinho e Sousa – ROC 1724
Registado na CMVM 20161334
Mail: isaiasroc@icloud.com
NIF: 105 645 338
Rua de Arcozelo, 849
4505-684 C. São Jorge
Telm: 917520503 Telf: 227419270